

Veículo: Aratu On	Coluna:
Data: 26/11/2020	



Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada; saiba mais

Há 22 horas Atualizada Há 22 horas Fonte: Da redação



Crédito da Foto: Elói Corrêa/GovBa

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado. O prêmio total será de R\$ 1 milhão.

Os interessados podem se inscrever no site da campanha e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas. Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no **site da Nota Premiada** sempre uma semana antes da data do sorteio.

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Veículo: Camaçari Notícias	Coluna:
Data: 26/11/2020	

The screenshot shows the top section of the Camaçari Notícias website. At the top left is the logo 'CAMAÇARI NOTÍCIAS'. To its right is a promotional banner for 'Natal de prêmios?' with a 'COMPRE E CONCORRA' button, featuring images of a car and a motorcycle. Below this is a dark navigation bar with links: INÍCIO, CANAIS, ENTREVISTAS, ARTIGO, MULTIMÍDIAS, VAGAS, CLASSIFICADOS, MURAL, IMPRESSA, and OBITUÁRIO. Underneath is a blue advertisement for 'hapvida' health insurance, stating 'É SAÚDE PRA VALER PRA CUIDAR DE QUEM VOCÊ AMA!' and 'PLANOS A PARTIR DE R\$ 100,77*/mês'. Below the ad is a green bar with the text 'ECONOMIA' and a headline: 'Compras até 30 de novembro concorrem ao próximo sorteio da Nota Premiada'. At the bottom left of the ad area, it says 'Escrito por Camaçari Notícias em 26 de Novembro de 2020'.



Crédito da Foto: Elói Corrêa/GovBa

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado. O prêmio total será de R\$ 1 milhão.

Os interessados podem se inscrever no site da campanha. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Veículo: Informe Baiano	Coluna:
Data: 26/11/2020	



Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada



26 de novembro de 2020 - 13:33

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no [site da campanha](#) e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da

campanha e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.041 pessoas, das quais 659 moram na capital, 381 no interior e uma fora do estado. A Sefaz-BA sugere que os já inscritos atualizem os seus contatos cadastrais (telefones e e-mail) para facilitar a comunicação caso sejam contemplados em algum dos sorteios.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Hoje, o programa tem 541 entidades ativas. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para as instituições filantrópicas participantes.

Veículo: Correio 24h	Coluna:
Data: 26/11/2020	Página: 2

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

CONTAS DO GOVERNO TÊM DÉFICIT DE R\$ 3,56 BILHÕES EM OUTUBRO

GASTOS PÚBLICOS As contas do governo federal registraram um déficit primário - quando as despesas superam as receitas - de R\$ 3,563 bilhões em outubro, informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional. Na conta não são considerados os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública. Ainda de acordo com o Te-

souro, o déficit de outubro foi o maior para o mês desde 2015 (-R\$ 16,279 bilhões, em valores corrigidos pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirma que a melhora das contas públicas em outubro e o motivo para o déficit ter ficado abaixo da projeção do mer-

cado financeiro (mais de R\$ 40 bilhões), é a recuperação da atividade econômica. "Quando a gente olha a dinâmica das notas fiscais emitidas, de ICMS, isso traz muita informação sobre a atividade econômica da indústria, do comércio. A gente vê os dados dos empregos formais. O Caged surpreendeu", acrescentou.

Campanha lançada pela Embasa incentiva os consumidores a parcelarem suas dívidas



VICTOR ROSA E
REDAÇÃO

Com os primeiros indícios da recuperação das atividades econômicas no estado e no país, após o período de flexibilização e isolamento social, o mês de dezembro se aproxima e com ele o pagamento do décimo terceiro salário para uma parte expressiva da população.

Este pode ser um bom momento para acertar as contas e deixar em dia o que for possível. As contas de água, por exemplo, vão poder ser quitadas com condições facilitadas, oferecidas a partir de agora pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa).

Segundo a gerente comercial da Embasa, Thalita Vieira, entre as facilidades oferecidas estão: isenção de juros e multa, facilidade de pagamento de entrada, flexibilização da quantidade parcelas, além de poder fazer simulações nos canais de atendimento.

"A gente está dando continuidade a campanha de recuperação de usuário, trazendo algumas facilidades para que ele consiga regu-



Luciano Carcará / Ag. A TARDE / 15.10.2018

O parcelamento pode ser feito pela agência virtual no site, com simulação, no 0800.0555.195 ou postos do SAC

Mais de 860 mil baianos se encaixaram nesses critérios e ficaram isentos

larizar a situação. Tudo que o usuário precisar para regularizar esta situação, a Embasa está flexibilizando", comenta Thalita durante entrevista nesta quinta-feira, 26, para o 'Isso é Bahia', na rádio A TARDE FM.

Em março, assim que começou a pandemia, a Embasa suspendeu o corte de

abastecimento de água para os inadimplentes. Nos sete meses de pandemia a empresa registrou um aumento de 200 mil consumidores com dívidas na conta de água.

Em novembro, a Embasa retornou com as notificações de possíveis cortes da distribuição de água.

"Não adianta a gente entrar apenas com as notificações, porque a gente entende como a água é essencial neste processo de prevenção e contenção da proliferação do vírus. Em compensação, precisávamos dar ao nosso consumidor a possibilidade de pagamento, por isso a campanha está

sendo tão flexível", pontuou Thalita Vieira.

Formas de contato

O parcelamento da dívida com a Embasa pode ser feito pela agência virtual no site da Embasa, que tem a simulação.

Também pode ser feita através de ligação para o 0800.0555.195.

Outra opção é procurar os postos instalados nos SACs, realizando o agendamento por meio do aplicativo SAC Digital.

Isenção

Após garantir o pagamento em abril último e pelos 90 dias seguintes, da conta de luz de 677 mil famílias baianas, o governo a Bahia determinou que os clientes da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) com Cadastro Social e consumo de um volume de até 25 metros cúbicos de água por mês também tivessem os tributos pagos pelo Estado, durante o mesmo período.

O objetivo foi aliviar a situação financeira das famílias mais vulneráveis, em meio à pandemia do coronavírus.

Foram mais de 860 mil de baianos que se encaixaram nesses critérios e ficaram isentos de pagamento.

NA INDÚSTRIA

Inflação de outubro em 3,40% é maior desde 2014

DA REDAÇÃO

Os preços da indústria subiram 3,40% em outubro frente a setembro, a maior alta desde janeiro de 2014, início da série histórica do Índice de Preços ao Produtor (IPP). O resultado, divulgado nesta quinta-feira, 26, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reflete, principalmente, a elevação de preços dos alimentos e dos produtos das indústrias extrativas.

Houve alta de preços em 23 das 24 atividades pesquisadas. Esse é o décimo quinto aumento consecutivo na comparação mês a mês do indicador, que mede a variação dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e frete, de 24 atividades das indústrias extrativas e da transformação.

No ano, o IPP acumula alta de 17,29%. Já nos últimos 12

17,29

Por cento. Este foi o acúmulo de alta do IPP. Já nos últimos 12 meses, a inflação da indústria chegou a 19,08%. Houve alta de preços em 23 das 24 atividades pesquisadas. Esse é o décimo quinto aumento consecutivo na comparação mês a mês do indicador

meses, a inflação da indústria chegou a 19,08%.

Alimentos

A atividade de alimentos, que tem o principal peso no índice geral (cerca de um quarto do indicador), registrou alta de 4,60% no mês, mantendo as variações positivas observadas desde ju-



Marcos Santos / USP Imagens / 5.5.2014

Alimentos industrializados foram os vilões da inflação

Esses resultados estão influenciados pelo câmbio, com depreciação do real frente ao dólar de 4,2% (outubro contra setembro), de 36,9% (entre dezembro de 2019 e outubro de 2020) e de 37,6% (nos últimos 12 meses).

Também refletem o movimento dos preços internacionais de "óleo bruto de petróleo" e "minérios de ferro e seus concentrados".

Outras variações relevantes foram as da indústria química (4,52%), com o quarto aumento consecutivo e o segundo maior resultado do ano, e metalurgia (4,93%), segunda maior da série do IPP, perdendo apenas para a de sete meses atrás, quando atingiu 5,74%.

Em relação às grandes categorias, foram os bens intermediários - com influência de 2,74% no índice - que fizeram os preços subir 5,01% em outubro.

lho. No acumulado do ano, a variação foi de 28,36% e, em 12 meses, 35,89%. Ambas são as maiores de suas séries.

"Em termos de grupo, os preços dos produtos de fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais e de fabricação e refino de açúcar tiveram variações acima da média do setor na compa-

ração de outubro contra setembro, de 13,48% e 4,98%, respectivamente", observa o gerente do IPP, Alexandre Brandão.

Em termos de influência no indicador de outubro, além dos alimentos (1,17 p.p.), destaque para as indústrias extrativas (0,53 p.p.), outros produtos qui-

micos (0,36 p.p.) e metalurgia (0,31 p.p.).

Em outubro, a variação média de preços na indústria extrativa foi de 9,71%, sétima alta consecutiva no ano. Com isso, até outubro, os preços em 2020 variaram 50,31% e, na comparação com o mesmo mês de 2019, a variação foi de 53,64%.

BLACK FRIDAY

E-commerce e sua gestão fiscal

DA REDAÇÃO

O final de semana da Black Friday já se consolidou como a principal data do comércio eletrônico brasileiro. As projeções deste ano apontam para um crescimento de 77% em relação ao ano anterior.

Ou seja, as lojas virtuais que não investem em infraestrutura podem deixar de vender milhões de reais ao sair do ar. Igualmente relevante é lidar com a determinação e cálculo de tributos e o cumprimento das

obrigações fiscais em tempo real, para evitar juros e multas e comprometer a rentabilidade.

Outra preocupação dos lojistas intensificada é o cancelamento de uma compra

Duas são as principais dificuldades do e-commerce no âmbito tributário. A principal é a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações com consumidor final não contribuinte, alterada em 2015 por emenda constitucional, e que abrange uma situação muito comum no comércio eletrônico.

Alimentos

Na operação interestadual com não-contribuinte, o valor do ICMS calculado com

base na alíquota interestadual será destinado ao estado de origem. Já o valor do ICMS calculado com base na diferença entre a alíquota interna do estado de destino e a alíquota interestadual, tecnicamente denominada Diferencial de Alíquota (Difal), será pago pelo e-commerce a favor do estado de destino. Em suma, um custo a mais a ser considerado na composição do preço e trabalho operacional das empresas de e-commerce. O desafio é preparar o time operacional.

OUTUBRO

Déficit primário atinge cifra de R\$ 3,56 bilhões

DA REDAÇÃO

OEm um mês tradicionalmente marcado por superávit nas contas públicas, a retração econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus fez o Governo Central - Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social - encerrar outubro com déficit primário de R\$ 3,563 bilhões.

Apesar de ser o pior desempenho registrado para o mês desde 2015, quando o

deficit chegou a R\$ 13,189 bilhões, o resultado veio bem melhor que o estimado pelo mercado.

As instituições financeiras pesquisadas pelo Prisma Fiscal, publicação do Ministério da Economia com analistas de mercado, estimavam que o resultado negativo ficaria em R\$ 44,1 bilhões no mês passado. Depois de terem caído 2% (descontada a inflação) em setembro, as receitas totais do Governo Central voltaram a subir em outubro.

ECONOMIA

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



A INFLAÇÃO APARECE EM
PLENA RECESSÃO, QUEDA DE
RENDA E EMPREGO E ATINGE
EXATAMENTE O QUE MAIS PESA
NO ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS

A incômoda visita da alta dos preços

Há uma distância entre o número da inflação oficial e como ela é sentida pelos brasileiros. No meio de uma recessão, com impacto maior sobre os alimentos, com queda da renda e alta do desemprego, ela pesa muito mais do que os 4,22% dos últimos 12 meses do IPCA-15. Hoje, sairá o IGP-M de novembro e pode superar 3%, como no último mês. Os IGPs estão nas alturas, em torno de 25%, por causa dos preços por atacado. A inflação tem natureza e peso diferentes desta vez. Não existe hora boa para a chegada da inflação, mas agora ela é uma visita ainda mais incômoda.

Em ambiente recessivo, os preços não deveriam subir. Mas já aconteceu recentemente. Em 2015 e 2016, quando houve o descongelamento de tarifas de energia, o índice passou de 10%. Agora, de novo, há vários motivos específicos. Uma forte desvalorização do dólar, o aumento das exportações de alimentos, um descompasso dentro da cadeia produtiva e até uma pressão de demanda em plena recessão. O auxílio emergencial produziu um aumento de renda temporário, mas a maior alta de preços bateu exatamente nos alimentos, que são os

itens que mais pesam no orçamento das famílias.

O Brasil viveu no começo deste ano uma má desvalorização. Em 31 de dezembro a moeda americana estava cotada em R\$ 4,03. No dia 14 de maio, o pior momento, havia saltado para R\$ 5,93. Alta de 47% em cinco meses. De lá para cá, caiu para R\$ 5,32, mas ainda acumula uma valorização de 32% este ano. O real mais fraco tem o efeito econômico positivo de estimular as exportações, mas também representa aumento de custos para diversos setores. A indústria utiliza insumos, peças e máquinas importadas, e até alguns segmentos dos serviços sentem o efeito. Nos transportes, por exemplo, os combustíveis estão atrelados a preços internacionais. Há setores que reajustam preços sem dó nem piedade, independentemente da baixa demanda. Passagens aéreas dis-

pararam 39% em outubro e mais 3,5% em novembro.

Outra razão da inflação deste ano é o forte salto nos preços por atacado. Em grande parte, reflexo da desvalorização cambial. Hoje, o IGP-M de novembro será divulgado e a projeção é de uma nova alta forte, de 3,3%, segundo a LCA Consultores, acima dos 3,23% de outubro. Os preços agropecuários no atacado devem disparar mais 8,63%, com aumentos no milho, trigo e na soja, que são matérias-primas para outros elos da cadeia de produção de alimentos. Os preços industriais também estão subindo, e a estimativa é de alta de 2,48%.

O Banco Central alegou que era um impacto temporário, concentrado nos alimentos, e que vários países do mundo estavam enfrentando o mesmo

problema. Mas as histórias são diferentes de país para país, como mostrou o próprio presidente Roberto Campos Neto em apresentação na última semana. Nos EUA, os alimentos subiram mais de 5% na taxa anual, no pior momento da pandemia. Mas no Reino Unido o aumento não chegou a 2%. Entre oito países emergentes comparados pelo BC, o Brasil neste momento é o mais afetado pela inflação de alimentos, com elevação acima de 15%. Na China, subiu muito, mas está desacelerando. No Peru, não passou de 3%. A principal explicação é, de novo, a forte desvalorização do real.

As projeções de mercado apontam inflação na meta para este ano e o próximo, mas os números têm sido revistos para cima, semana após semana. Essa mudança de cenário tem sido en-

carada pelos economistas como um "evento contrário não esperado". Se as estimativas aumentarem muito, o Banco Central terá que elevar a Selic, e o mercado de juros já tem mostrado um descolamento entre as taxas mais curtas e as mais longas.

Alguns economistas começam a olhar preocupados para essa inflação que nos visita em hora totalmente imprópria. A renda caiu, mas os preços que mais sobem são de produtos que não se pode deixar de comprar, os alimentos. Como várias indústrias fecharam as portas durante a pandemia, está havendo em plena recessão uma falta de insumos dentro da cadeia produtiva. Na reabertura, as empresas estão produzindo menos porque não querem acumular estoques num cenário de incerteza. E isso faz com que qualquer retomada econômica possa alimentar a inflação.

Essa é uma inflação bem diferente dos outros eventos do passado recente. Acontece num contexto difícil para as famílias e para o governo, que está muito mais endividado. Uma visita realmente incômoda.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Correio*

O QUE A BAHIA QUER SABER

24h

ECONOMIA

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

VENTO EM POPA

A mineração baiana segue como fonte de notícias positivas em um ano difícil. Em Jacobina, a Yamana Gold planeja ampliar em até 31% a produção de ouro, com um investimento de US\$ 57 milhões, algo em torno de R\$ 300 milhões na cotação atual da moeda norte-americana. O investimento será realizado na mina e na planta de processamento do metal, entre 2021 e 2022. Com a expansão, a expectativa é de que a produção de ouro anual no município salte para 230 mil KOz (onças). Em 2019, a companhia obteve recorde na produção de ouro de 159,4 mil KOz.

57

milhões de dólares devem ser investidos em produção de ouro

NÍQUEL

No Sul da Bahia, a Atlantic Nickel, controlada pelo grupo Appian Capital Brazil e única produtora de níquel sulfetado em operação no país, identificou uma nova área com potencial significativo de recursos para exploração do minério no mesmo cinturão geológico onde já funciona a Mina Santa Rita. Em janeiro deste ano, a Atlantic Nickel retomou as operações da mina, gera 1.500 empregos diretos.

PESQUISA MINERAL

Os depósitos de níquel foram descobertos na década de 70. Na década de 90, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) delimitou um depósito de níquel na região, com recursos da ordem de 40 milhões de toneladas de minério. Para o presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm, os resultados são uma mostra da importância que a pesquisa mineral tem. Este ano, a CBPM já lançou três editais de pesquisa e ainda deve lançar mais dois.

Bendita tecnologia

A pandemia do novo coronavírus trouxe um desafio para os profissionais de auditoria interna, conta Paulo Gomes, diretor-geral do IIA Brasil – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Além da necessidade de se adaptar ao trabalho à distância, o sentido de urgência acabou levando instituições públicas e privadas a abrir mão de determinados ritos. “Onde tem dinheiro vai ter alguém querendo se aproveitar e nosso papel é tentar minimizar isso”, conta. O caminho, acrescenta, foi incorporar às rotinas ferramentas de inteligência artificial e robótica para antecipar tendências e desvio. A tecnologia – tema do Conbrai encontro nacional do setor – ajuda muito, reconhece, mas o fator humano continua a ser fundamental e, neste caso, há um alerta para a Bahia: temos apenas 1,36% do total de auditores ligados ao IIA no país.

🗣️ **Onde tem dinheiro vai ter alguém querendo se aproveitar e nosso papel é tentar minimizar isso** Paulo Gomes

diretor-geral do IIA Brasil

Made in Bahia

O Grupo V, resultado da união entre a CIVIL Mineração e o Grupo Novavia, desenvolveu o primeiro remineralizador da Bahia, o Vulcano. A empresa investiu em tecnologia e pesquisa para agregar valor aos seus ativos minerais e trazer soluções em fertilização e revitalização do solo. Nos últimos 20 anos, o mercado nacional de fertilizantes cresceu a uma taxa média anual de 5,4%. Somente em 2019, foram importadas 30 milhões de toneladas de produtos do tipo.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

CARTEIRA ASSINADA A Bahia gerou 16.437 postos de trabalho com carteira assinada em outubro de 2020. O saldo resulta da diferença entre 54.399 admissões e 37.962 desligamentos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados ontem e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan), que divulgou os números.

“Com este resultado, a Bahia ocupou a primeira posição em relação à geração de postos de trabalho dentre os estados nordestinos e a sexta dentre os estados brasileiros. Foi mantida a tendência positiva dos últimos três meses, ainda em um contexto sanitário mundial atípico, da pandemia de covid-19”, ressaltou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Segundo ele, os destaques foram os setores do Comér-

Bahia cria 16.437 vagas formais no mês de outubro

4.758

postos foram gerados pelo setor do Comércio na Bahia, em outubro;

3.007

vagas foram criadas no setor de Construção Civil no estado, no mesmo mês;

2.740

empregos na indústria em geral ajudaram a elevar o resultado baiano positivo

cio, da Construção e a Indústria geral.

No Brasil, embora ainda não tenha voltado à situação pré-pandemia, pelo quarto mês consecutivo, o saldo de geração de empregos ficou positivo. Foram criadas 394.989 vagas com carteira assinada em outubro. O mês teve 1.548.628 admissões e 1.153.639 desligamentos. O resultado recorde na série iniciada em 1992 foi divulgada ontem pelo Ministério da Economia.

O estoque, que é a quantidade total de vínculos ativos, em outubro chegou a 38.638.484, variação de 1,03% em relação ao mês anterior. No acumulado do ano, o saldo é negativo em 171.139, decorrentes de 12.231.462 admissões e de 12.402.601 desligamentos.

Ipea prevê menor crescimento do agronegócio em 2021

PROJEÇÃO O agronegócio deve crescer 1,5% em 2020 e 1,2% no ano que vem. A projeção é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que reviu para baixo suas previsões. Na análise anterior, feita no mês passado, o instituto estimou um crescimento de 1,9% e 2% para este ano e para 2021, respectivamente. Os novos números estão descritos na Carta de Conjuntura Agro.

A redução do crescimento guarda relação com a queda de estimativa de produção de trigo, café e cana-de-açúcar. A produção de carne bovina deve sofrer retração de 5,5%. Também há expectativa de decréscimo para produtos da exploração florestal e da silvicultura, da pesca e da aquicultura, para produção de peixe, crustáceos e moluscos.

As safras recordes de soja (alta de 4,6%) e milho (crescimento 2,6%) reduzirão o impacto negativo das lavouras em baixa, da pecuária de corte e de outros produtos. As previsões do Ipea são baseadas no prognóstico da produção agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas projeções de safra da lavoura da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O diretor de estudos e políticas macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo Souza Jr, assinala que o agronegócio manterá o "nível muito acima" de crescimento na comparação com outros setores da economia.

Ainda segundo nota do Ipea, exportações brasileiras registraram crescimento de 6% de janeiro a outubro de 2020 na comparação com 2019

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3347	R\$ 5,3352
Dólar Turismo	R\$ 5,317	R\$ 5,49
Euro turismo	R\$ 6,355	R\$ 6,357

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	110.227,05	+0,05%

POUPANÇA

26/11/2020	0,1159%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Outubro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,94%	2,31%	3,52%
INPC/IBGE	0,89%	2,95%	4,77%
IGP-M/FGV	3,23%	18,10%	20,93%

BITCOIN EM QUEDA

Criptomoeda Depois de se aproximar de um novo recorde, mirando os US\$ 20 mil, o valor do Bitcoin, ontem, despencou cerca de 13%, para seu valor mais baixo em 10 dias: US\$ 16.514. Até o fechamento de anteontem, o bitcoin acumulava ganhos de quase 40% apenas no mês de novembro e alta de cerca de 160% no ano.

Proposta prevê negociação de dívidas tributárias

DA REDAÇÃO

O Projeto de Lei 2735/20 cria um novo programa de parcelamento de dívidas tributárias e não tributárias, nos moldes do Refis, para minimizar o impacto da pandemia de Covid-19 na economia. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

O Programa Extraordinário de Regularização Tributária em decorrência do estado de calamidade pública (Pert/Covid-19) é voltado para empresas e pessoas físicas em débito com a Receita Federal ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Os interessados terão três meses, após a decretação do fim do estado de calamidade, para aderir ao programa. O parcelamento vai depender do tipo de contribuinte (pessoa física ou jurídica), mas o texto garante a todos redução de 90% das multas de mora e outros encargos legais.

A proposta é do deputado Ricardo Guidi (PSD-SC) e tem por objetivo dar um fôlego para o contribuinte.

“Estamos diante de uma redução brusca do faturamento das empresas, as quais são primordiais na geração de empregos e renda no Brasil, e isso exige a tomada de medidas para a sobrevivência dos negócios”, diz.

Segundo ele, o projeto também beneficia o governo, pois pode impulsionar a arrecadação tributária. “O recebimento dos débitos, ainda que com os encargos de inadimplência reduzidos, acarretam um incremento da arrecadação”, afirma.

De acordo com a proposta, poderão ser incluídos no Pert/Covid-19 todos os débitos tributários e não tributários do contribuinte gerados até o mês de competência em que for declarado o fim do estado de calamidade pública. Parcelamentos anteriores também poderão entrar. Para os contribuintes pessoa jurídica, o valor de cada parcela será um percentual da receita bruta (como o primeiro Refis). Para as pessoas físicas, os débitos poderão ser parcelados em até 120 prestações mensais.

Tribuna

País registra criação de 394,9 mil vagas

Dos cinco grandes grupamentos de atividades econômicas, quatro tiveram saldo positivo

KELLY OLIVEIRA* - REPÓRTER
DA AGÊNCIA BRASIL -
BRASÍLIA

Pelo quarto mês consecutivo, o saldo de geração de empregos ficou positivo. Foram criadas 394.989 vagas com carteira assinada em outubro, resultado de 1.548.628 admissões e de 1.153.639 desligamentos. O resultado recorde na série histórica iniciada em 1992 está no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério da Economia.

O estoque, que é a quantidade total de vínculos ativos, em outubro che-

gou a 38.638.484, variação de 1,03% em relação ao mês anterior. No acumulado do ano, o saldo é negativo em 171.139, decorrentes de 12.231.462 admissões e de 12.402.601 desligamentos.

Dos cinco grandes grupamentos de atividades econômicas, quatro tiveram saldo positivo no emprego em outubro. O principal foi o setor de serviços, que abriu 156.766 novas vagas. No comércio foram criados 115.647 postos; na indústria, 86.426; na construção, 36.296.

Segundo o secretário do Trabalho, Bruno Silva Dalcolmo, em abril as admissões caíram e as demissões registraram alta, em função da crise gerada pela

pandemia de covid-19. Esse efeito do início da pandemia levou o saldo de empregos formais a permanecer negativo ao longo do ano. "As admissões encolheram muito, chegaram a 40% do volume normal, durante o mês de abril. E houve pico de demissões também. Isso abriu um déficit grande no mês de abril. A partir daí, podemos notar uma progressiva retomada do ritmo normal da economia. Mas como as empresas demitiram muito durante o mês de abril e depois já estavam muito enxutas, é natural que as demissões perdessem ritmo", disse.

Atualmente, acrescentou o secretário, as contratações estão em crescimento. "No momento de reaber-

tura da economia, de retomada forte como está acontecendo agora, isso documentado por gastos de cartão de crédito, de energia elétrica, falta de matéria-prima, é natural que as admissões crescessem em ritmo mais forte do que as demissões", acrescentou.

RECUPERAÇÃO DE EMPREGOS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que até o fim do ano é possível recuperar os empregos perdidos no início da pandemia de covid-19. Para o ministro, ao observar o saldo acumulado do ano até outubro, negativo (mais demissões que contratações) em menos de 200 mil (171.139), é possível prever que 2020

terminará sem perdas de empregos. "A pandemia atingiu tragicamente as famílias brasileiras, derrubou os empregos, atingiu pessoalmente todos nós. Mas reagimos com resiliência, sabemos fazer o distanciamento social para proteger as nossas vidas e, ao mesmo tempo, manter a economia girando para proteger os nossos empregos e nossas empresas. E podemos terminar o ano perdendo zero de empregos no mercado formal. Nesta recessão, que nos jogou ao fundo do poço, não perdemos o rumo, nos levantamos, e estamos criando empregos em alta velocidade", disse, ao participar do início da coletiva virtual para a apresentação dos resultados do Caged.

Não vemos sinal de expectativa de inflação, diz Campos Neto

MARCELAAYRES, REUTERS

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que as expectativas de inflação para 2021 estão caminhando mais para perto da meta nas últimas duas semanas, mas que a autoridade monetária não tem nenhum sinal de que há "alguma coisa saindo muito acima da meta, nada desse tipo". "Não é só o Banco Central que não acha que a inflação um pouco mais longa não está subindo. O mercado também não acha. En-

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 27/11/2020	Página: 05

Tribuna

Não vemos sinal de expectativa de inflação, diz Campos Neto

MARCELAAYRES, REUTERS

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que as expectativas de inflação para 2021 estão caminhando mais para perto da meta nas últimas duas semanas, mas que a autoridade monetária não tem nenhum sinal de que há "alguma coisa saindo muito acima da meta, nada desse tipo". "Não é só o Banco Central que não acha que a inflação um pouco mais longa não está subindo. O mercado também não acha. Então isso é importante frisar", afirmou ele, em entrevista gravada ao canal do YouTube MyNews na véspera, mas veiculada nesta quinta-feira.

A meta de inflação para este ano é de 4%, para o ano que vem de 3,75%, e para 2022 de 3,5%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos. Campos Neto destacou que o BC já não tem instrumentos que são capazes de agir sobre a inflação em 2020, dado o avançado do ano e o tempo necessário para transmissão da sua atuação sobre os juros. O horizonte relevante para a política monetária, portanto, é de 2021 e 2022. No boletim Focus mais recente, as expectativas para o IPCA são de IPCA de 3,45% este ano, 3,40% no ano que vem e 3,5% em 2022.

A exemplo do que tem feito em todas as suas falas públicas recentes, Campos Neto reafirmou que os componentes que estão gerando inflação mais alta agora são passageiros e pontuou que a autoridade monetária está "sempre prestando atenção em tudo que está acontecendo".

Petrobras reduz plano de investimentos

A companhia cortou seu plano de investimento de cinco anos em 27%

SABRINA VALLE, REUTERS

A Petrobras cortou seu plano de investimento de cinco anos em 27% em relação ao anterior para 55 bilhões de dólares visando preservar o caixa, já que a pandemia de coronavírus derrubou a demanda e os preços globais do petróleo.

Em um comunicado na noite de quarta-feira, a Petrobras disse que vai se concentrar nos produtivos campos de petróleo do pré-sal, uma vez que vende ativos não essenciais para reduzir a dívida.

A Petrobras disse que planeja investir 46 bilhões de dólares, ou 84% do total

dos investimentos, em exploração e produção. Isso se compara a 64 bilhões de dólares do programa anterior.

A empresa disse que limitará a aprovação de investimentos a novos projetos que possam ser lucrativos com preços do petróleo tão baixos quanto 35 dólares o barril.

Antes da pandemia, em novembro de 2019, a Petrobras disse que iria investir 75,7 bilhões de dólares entre 2021 e 2024.

O corte de gastos vai reduzir a produção diária da Petrobras para cerca de 2,75 milhões de barris de óleo equivalente (boe) em 2021, ante uma produção

projetada de 2,84 milhões de barris por dia em 2020.

A produção de petróleo foi estimada em 2,23 milhões de barris por dia em 2021, subindo para 2,3 milhões em 2022 e depois para 2,5 milhões de barris ao dia em 2023.

Em relatório, o Credit Suisse considerou um pouco decepcionante a projeção de 2021.

"A produção é o tema mais polêmico do plano, e o culpado é o impacto potencial dos desinvestimentos na curva de produção", afirmou o banco.

"No curto prazo, a curva de produção decepcionou nossas expectativas (2,23 milhões de barris por

dia versus 2,3 milhões de barris por dia em 2021) e a explicação pode estar parcialmente relacionada a desinvestimentos em 2020 e o adiamento das paradas de manutenção de 2020 para 2021, devido às restrições a bordo relacionadas à Covid-19", comentou o Credit Suisse.

No longo prazo, a curva de produção de petróleo é 200 mil barris por dia menor do que o plano anterior, mas ainda cresce até 2,7 milhões de barris por dia, em 2025, "acima de nossas estimativas (2,4 milhões de barris por dia)", disse.

ADVERTISEMENT

A Petrobras ponderou

que a projeção de 2,75 milhões de boe para 2021 não inclui o desinvestimento já ocorrido em Baúna e os desinvestimentos a ocorrerem em 2020. A produção de petróleo e gás natural deve subir para 3,3 milhões de boe por dia até 2024 e se manter estável em 2025, disse a empresa.

A Petrobras estabeleceu sua meta de dívida bruta em 67 bilhões de dólares para 2021 e confirmou seus planos de reduzir a dívida para 60 bilhões de dólares em 2022.

O Credit Suisse disse ainda que, de modo geral, a Petrobras terá um portfólio "mais lucrativo, embora menor".

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 27/11/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 27 de Novembro de 2020 - 00:00

Quase 60 municípios não atendem requisitos da Lei Aldir Blanc e Estado recebe R\$ 6 mi

por Ailma Teixeira / Mauricio Leiro

Entre os setores mais afetados pela pandemia do novo coronavírus no Brasil está o cultural. "Primeiro a parar, último a retornar", repetiram as autoridades de saúde ao longo de 2020. Ainda assim, nem todos os gestores públicos aproveitaram o benefício implementado com a Lei Aldir Blanc, que garante um auxílio emergencial aos profissionais da área ([saiba mais aqui](#)).

Na Bahia, por exemplo, 59 dos 417 municípios não solicitaram ou não finalizaram o cadastro para receber esses recursos. Com isso, os valores devem ser encaminhados para o Governo da Bahia.

Na semana passada, o governo estadual oficializou o repasse à Secretaria de Cultura do Estado (Secult). Em um decreto de crédito suplementar, publicado na edição do dia 19 de novembro do Diário Oficial do Estado, R\$ 6.339.632 foram destinados ao "Apoio Emergencial ao Setor Cultural", tarefa a cargo da Assessoria de Planejamento e Gestão da Secult.

Procurada pelo Bahia Notícias, a pasta confirmou que os recursos são federais e provenientes da Lei nº 14.017/2020. "A suplementação para Apoio Emergencial ao Setor Cultural será prioritariamente executada no atendimento ao inciso III da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017). Ou seja, para pagamento dos projetos recebidos das chamadas públicas realizadas pelo Programa Aldir Blanc Bahia", afirmou, em nota.

A medida é de projeção nacional. Em material enviado à imprensa no último dia 12, o Ministério do Turismo divulgou que R\$ 111 milhões não utilizados pelos municípios brasileiros no âmbito dessa legislação foram devolvidos aos seus respectivos governos estaduais. Com isso, as secretarias de cultura mais contempladas foram as de Mato Grosso (R\$ 16,6 milhões), Sergipe (R\$ 13,1 milhões), Piauí (12,1 milhões), Maranhão (R\$ 11,4 milhões) e Goiás (R\$ 10,6 milhões).

Conforme indica o ministério, os estados agora terão 60 dias para divulgar sua programação para uso da verba. Os recursos poderão ser utilizados para a manutenção de espaços artísticos e culturais, por meio da oferta de um subsídio mensal que pode custar de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil, e também para o fomento a atividades culturais a partir da publicação de editais, chamadas públicas e prêmios.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 27/11/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 27 de Novembro de 2020 - 06:40

Alimentos ficarão mais baratos em 2021, diz presidente do BC

por Bernardo Caram e Raissa Garcia | Folhapress



O presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (26) que os alimentos ficarão mais baratos em 2021. Segundo ele, a inflação desses produtos chegou a um pico e voltará a cair.

Em entrevista ao SBT, o chefe da autoridade monetária também afirmou que não criticou o ministro Paulo Guedes (Economia) ao dizer que o Brasil precisa de um plano que demonstre preocupação com a trajetória da dívida pública para ganhar credibilidade.

De acordo com Campos Neto, o efeito na inflação é temporário, motivado por fatores como a desvalorização do real e a injeção de dinheiro na economia com os pagamentos do auxílio emergencial.

"Temos uma tendência mundial de alguns alimentos onde o preço foi transferido, que o preço internacional está caindo, então a gente entende que sim, alguns alimentos vão ficar mais baratos", disse.

"A inflação de alimentos, que chegou a um pico de 18%, vai voltar a cair. Dá para dizer, sim, que a parte de alimentação em domicílio tende a ter um ano melhor no ano que vem do que teve neste" afirmou.

Na quarta-feira (25), após Campos Neto dizer que o país precisa de um plano que demonstre preocupação com a trajetória da dívida pública, Guedes rebateu. "O presidente Campos Neto sabe qual é o plano. Se ele tiver um plano melhor, pergunte a ele qual o plano dele, qual o plano que vai recuperar a credibilidade" disse. "O dia que a bolsa estiver caindo 50%, o dólar explodindo, aí vou dizer que falta credibilidade".

Na entrevista desta quinta, o presidente do BC disse que estava apenas ecoando uma preocupação que havia sido dita por Guedes, de que é importante respeitar o teto de gastos e não buscar saídas que gerem gastos permanentes.

"Não era uma crítica. Eu estava, na verdade, ecoando uma mensagem que tinha sido propagada pelo ministro e pela área de economia, né? Nós temos um pensamento muito parecido", afirmou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 26/11/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 26 de Novembro de 2020 - 20:40

Bahia cria 16.437 postos de trabalho em outubro de 2020 e lidera o Nordeste

A Bahia foi o estado do Nordeste que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada em outubro de 2020, conforme dados publicados nesta quinta-feira (26) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia. Foram 54.399 admissões e 37.962 desligamentos no período, gerando um salto de 16.437 novos postos de trabalho. Desses, 7.731 foram na Região Metropolitana de Salvador, enquanto 8.706 abriram no interior.

“Com este resultado, a Bahia ocupou a primeira posição em relação à geração de postos de trabalho dentre os estados nordestinos e a sexta dentre os estados brasileiros. Foi mantida a tendência positiva dos últimos três meses, ainda em um contexto sanitário mundial atípico, da pandemia do Covid-19”, ressaltou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

O resultado ficou acima do verificado no mesmo mês do ano anterior, quando 589 postos de trabalho foram fechados, sem as declarações fora do prazo. O registro positivo de outubro de 2020 se aproximou do total encontrado no mês imediatamente anterior, quando 16.923 postos novos foram gerados.

“Os destaques foram o comércio, com 4.758 postos gerados, a construção, com 3.007 postos, e a indústria geral, com 2.740 postos. O desempenho evidencia uma boa recuperação da geração de empregos, com tendência à possível reversão das perdas deste ano”, afirmou o secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Davidson Magalhães.

Exceto o segmento de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-47 postos), que contabilizou saldo negativo, e os serviços domésticos, com saldo nulo, todos os outros setores geraram postos no mês de outubro de 2020. Completam a lista: informação, comunicação e outras atividades (+2.431 postos), alojamento e alimentação (+1.729 postos), transporte, armazenagem e correio (+1.402 postos), outros serviços (+262 postos) e administração pública (+155 postos).

No somatório de janeiro a outubro de 2020, os resultados foram negativos no estado (-16.950 postos), na região nordestina (-31.823 postos) e no país (-171.139 postos). Quanto ao saldo de emprego acumulado no ano de 2020 na Bahia, o governo estadual enfatiza o fechamento de postos de trabalho com carteira assinada na Região Metropolitana de Salvador (-18.936 postos) e a criação de posições celetistas no interior (+1.986 postos).

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 26/11/2020	



PETROBRAS QUER INVESTIR US\$ 46 BI EM EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO



26 Novembro, 2020

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico para o quinquênio 2021-2025 (PE 2021-25). Entre as metas figura o investimento de US\$ 46 bilhões em exploração e produção de petróleo nos próximos cinco anos, dos quais US\$ 32 bilhões (ou 70%) serão direcionados à camada pré-sal. A decisão foi tomada ontem, 25, no Rio de Janeiro.

Para os próximos cinco anos, está prevista a entrada em operação de 13 novos sistemas de produção, sendo todos alocados em projetos em águas profundas e ultraprofundas. Para 2021, estima-se uma variação da produção de 4% (para mais ou para menos) em relação a 2020.



ECONOMIA

Publicado em 27/11/2020 às 10h13.

Bahia quebra recordes negativos no mercado de trabalho e tem taxa de desemprego de 20,7%

Entre julho e setembro, no estado, o número de pessoas trabalhando seguiu em queda pelo terceiro trimestre consecutivo

Redação

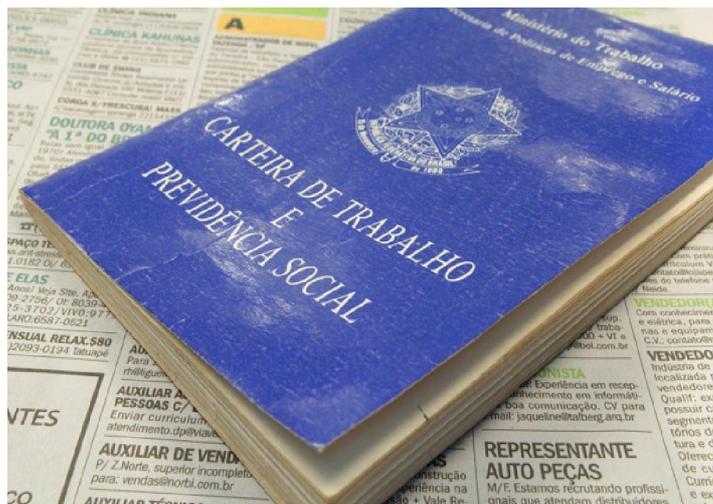


Foto: Marcos Santos/ USP Imagens

No terceiro trimestre deste ano, a Bahia se superou no quesito desemprego e quebrou recordes negativos no mercado de trabalho, fechando com taxa de desocupação em 20,7%.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O índice é superior ao registrado no segundo trimestre (19,9%) e bem mais elevada do que a registrada no terceiro trimestre de 2019 (16,8%).



milhões, 59,5% das pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Outro grupo que bateu recorde na Bahia, no 3º trimestre, segundo a pesquisa, foi o de pessoas que não estavam trabalhando nem procuraram trabalho (fora da força). Elas não entram na conta da taxa de desocupação e somaram 6,179 milhões entre julho e setembro.

O número de empregados com carteira assinada no estado caiu pelo segundo trimestre consecutivo e também ficou no menor patamar desde 2012 (1,254 milhão de pessoas). A informalidade voltou a crescer, atingindo 51,3% dos trabalhadores no trimestre.

Do 2º para o 3º trimestre, 5 dos 10 grupos de atividades tiveram redução no número de trabalhadores, com destaque para administração pública (-95 mil pessoas ocupadas) e serviços de informação (-54 mil).

Ainda de acordo com o PNADC, o rendimento médio real na Bahia foi de R\$ 1.743 no 3º trimestre, um pouco menor que no 2º trimestre (R\$ 1.795), mas acima do 3º trimestre de 2019 (R\$ 1.577).

Vale lembrar que, desde meados de março, em razão da necessidade de isolamento social causada pela pandemia da Covid-19, a PNADC está sendo realizada em todo o país por telefone.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 09h07 de 27/11/2020

Caixa paga R\$ 1,2 bi de auxílio emergencial para nascidos em abril

Também hoje foi liberado pagamento para beneficiários do Bolsa Família

Veículo: Bocão News	Coluna: Justiça
Data: 27/11/2020	



JUSTIÇA

TCU ameaça condenar Guedes se governo não definir meta fiscal



27 de Novembro de 2020 às 06:21 Por: Agência Brasil Por: Folhapress

O ministro da Economia, Paulo Guedes, corre o risco de sofrer uma condenação pelo plenário do TCU (Tribunal de Contas da União) caso ignore o alerta enviado pelo órgão e deixe de enviar ao Congresso uma meta fiscal para o resultado primário de 2021.

O plenário do tribunal decidiu por unanimidade, há cerca de 20 dias, comunicar ao governo que atuar com meta flexível é não ter uma meta, o que significaria cometer crime de responsabilidade.

Na avaliação de técnicos do tribunal, se essa situação persistir, uma possível condenação de Guedes deverá respingar no presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e abrir caminho para um processo de impeachment, como ocorreu com Dilma Rousseff (PT).

A flexibilidade da meta fiscal (receitas menos despesas) foi proposta pela equipe econômica em abril, quando o governo teve de mandar o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021 ao Congresso.

A proposta muda de forma significativa a interpretação sobre a legislação orçamentária do país em meio a uma série de incertezas sobre o rumo fiscal do governo a partir do ano que vem.

O governo propôs no texto que o valor da meta seja ajustado ao longo de 2021 e adaptado às estimativas feitas a cada dois meses de receitas e despesas para o ano. Na prática, isso liberaria o governo de perseguir um limite fiscal.

Nos bastidores, o próprio Ministério da Economia reconhece que o mecanismo elaborado faz a meta fiscal de 2021 ser inexistente.

A justificativa é que, durante a elaboração do PLDO, a incerteza sobre os rumos da economia com a pandemia do novo coronavírus era elevada e, por isso, seria difícil prever um resultado fiscal para o próximo ano.

Em outubro, o TCU não só fez um alerta ao Executivo como também informou à CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso que a ideia não atende a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) nem a Constituição.

Para o TCU, a proposta da meta móvel subverte a regra de resultado fiscal e torna ineficaz seus propósitos, "o que pode fragilizar os esforços para assegurar a consolidação fiscal e a trajetória sustentável do endividamento federal", nas palavras dos ministros no acórdão sobre o assunto. Para eles, ficaria comprometido ainda o controle da execução orçamentária em 2021.

"Embora a meta de resultado primário apresentada possa ser justificada pelo caráter excepcional das circunstâncias atuais, sua recorrência não poderá ser tolerada, por afetar o planejamento fiscal responsável [...] e a credibilidade do governo perante os agentes econômicos", afirma o acórdão do órgão de controle.

A equipe econômica expressou recentemente que iria discutir uma possível mudança na proposta, mas ainda resiste e prefere deixar a decisão para o Congresso.

"A posição atual é que temos uma redução do nível de incerteza, o que permite analisar com mais precisão [os números do ano que vem]. Nos colocamos à disposição do Congresso para discutir as cláusulas do PLDO", disse recentemente o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, expressou visão semelhante, mas avalia que uma mudança no texto enviado ao Congresso teria suas desvantagens.

"Projetar uma arrecadação para 2021 é muito mais preciso hoje do que antes, mas ainda assim existe incerteza. Vale um debate no Congresso, para analisar esses prós e contras", disse Funchal.

A equipe econômica aposta em uma aprovação do PLDO, argumentando que as despesas em 2021 só podem ser executadas após o texto do Congresso. Segundo essa visão, os parlamentares têm interesse em aceitar a proposta antes do fim do ano.

Mas a PLDO está há mais de sete meses travada no Congresso, tendo como pano de fundo a disputa pela presidência da Câmara dos Deputados. A não aprovação até 31 de dezembro pode travar a execução de qualquer despesa a partir de janeiro.

O TCU já pediu ao Ministério da Economia que se manifeste sobre quais medidas seriam adotadas para permitir a execução do Orçamento caso o texto da PLDO não seja aprovado até o fim do ano.

O Ministério da Economia tem afirmado que não há um plano B e que o caminho é ter o PLDO aprovado ainda neste ano.

Para os técnicos do TCU, essa alternativa é arriscada para o governo. A única exceção mencionada seria o Congresso alterar a LRF, prevendo a flexibilização da meta —algo considerado demais porque seria um sinal negativo, de descontrole fiscal, ao mercado.

Outra saída seria o governo negociar com o atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a renovação do estado de calamidade pública e, por consequência, do Orçamento de guerra (que suspende regras fiscais).

Somente isso poderia, ainda segundo a análise dos técnicos do TCU, isentar Guedes e o governo de responsabilidade por não definir uma meta fiscal.

No entanto, assessores de Bolsonaro consideram essa solução difícil porque, nos bastidores, o governo trabalha pela eleição do deputado Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara.

Para os articuladores do Planalto, mesmo com maioria formada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal para que o deputado continue como réu em ação por corrupção passiva, uma condenação só viria depois do término do mandato de dois anos —o que o habilitaria para o posto.

Maia, que deixa a presidência em fevereiro, já declarou a aliados que não colocará a renovação da calamidade em votação caso o governo envie uma nova proposta sobre o tema até o fim deste ano.

Portanto, as regras fiscais voltam a vigorar em sua plenitude a partir de janeiro, vencido o prazo da calamidade.

O governo considera que Maia só mudaria de posição se o governo fechasse acordo com ele pela recondução ao comando da Câmara, algo que depende não só de um aval do Supremo Tribunal Federal como dos votos na eleição, que é fechada. E aliados de ambos os candidatos afirmam que Maia estaria em desvantagem neste momento.

Juliana Damasceno, especialista em finanças públicas da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirmou que o governo deixou de considerar a Covid-19 nos números do Orçamento de 2021 e que a prorrogação do estado de calamidade não reúne consenso do ponto de vista legal.

Nos debates dos quais participa, muitos especialistas defendem que a Covid não é mais um evento imprevisto em 2021. Sob essa visão, créditos extraordinários (fora do teto) contra a pandemia não seriam mais justificados.

Ela afirmou que o governo precisa encontrar uma solução sólida para o problema social, sem contabilidade criativa.

"Temos uma oportunidade de ouro de redesenhar programas. Mas para tudo isso precisamos de um sistema de cadastro muito bom e de investimento em análise periódica de políticas públicas. O governo inclusive prometeu que iria fazer um programa de avaliação de gastos, e não fez isso", afirmou.

"Não tem mais margem para ficar cortando. A gente não tem margem para um programa social robusto, então chegou a hora de rever renúncias, cortar gastos tributários e rever diversos programas sociais", afirmou.

Veículo: Bocão News	Coluna: Economia E Mercado
Data: 26/11/2020	



ECONOMIA E MERCADO

Déficit primário do Governo Central atinge R\$ 3,56 bilhões em outubro



26 de Novembro de 2020 às 16:43 Por: Marcello Casal Jr/Agência Brasil Por: Agência Brasil

Em um mês tradicionalmente marcado por superávit nas contas públicas, a retração econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus fez o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – encerrar outubro com déficit primário de R\$ 3,563 bilhões. Apesar de ser o pior desempenho registrado para o mês desde 2015, quando o déficit chegou a R\$ 13,189 bilhões, o resultado veio bem melhor que o estimado pelo mercado.

As instituições financeiras pesquisadas pelo Prisma Fiscal, publicação do Ministério da Economia com analistas de mercado, estimavam que o resultado negativo ficaria em R\$ 44,1 bilhões no mês passado. Depois de terem caído 2% (descontada a inflação) em setembro, as receitas totais do Governo Central voltaram a subir em outubro, registrando alta de 9,8% acima da inflação em relação ao mesmo mês do ano passado.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. De janeiro a outubro, o resultado negativo do Governo Central totalizou R\$ 680,974 bilhões, valor recorde da série histórica para o período. Nos mesmos meses do ano passado, o déficit somava R\$ 63,854 bilhões.

No acumulado de 12 meses, o déficit primário chega a R\$ 725,6 bilhões, o equivalente a 9,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2020, o Ministério da Economia projeta resultado negativo de R\$ 844,3 bilhões para o Governo Central, o equivalente a 11,7% do PIB.

Receita

Em relação à receita, o Tesouro Nacional afirma que a forte alta verificada em outubro se deve a receitas não administradas, que dependem do pagamento de tributos. Elas cresceram R\$ 12,4

bilhões acima da inflação, na comparação com o mesmo mês do ano passado, motivadas principalmente pela recuperação da atividade econômica.

Os tributos que mais registraram aumento na arrecadação foram o Imposto de Renda, relacionado à elevação dos rendimentos do trabalho, e o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). No caso do PIS/Cofins, a alta está relacionada à recuperação das vendas, que voltou aos níveis anteriores à pandemia de covid-19.

A arrecadação líquida da Previdência Social cresceu R\$ 6,2 bilhões acima da inflação em outubro em relação ao mesmo mês de 2019. As receitas não administradas, no entanto, recuaram R\$ 5,1 bilhões (descontada a inflação) na mesma comparação, motivada principalmente pela diminuição do pagamento de dividendos de estatais ao Tesouro durante a pandemia de covid-19 e pela queda na produção de petróleo.

Coronavírus

Mesmo com a recuperação em outubro, as receitas líquidas do Governo Central acumulam queda de 11,6% de janeiro a outubro descontada a inflação. O recuo reflete a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus, que paralisou a produção e o consumo durante algumas semanas.

Além da queda nas receitas, o aumento de despesas com o enfrentamento da pandemia da covid-19 tem pressionado o crescimento do déficit primário. Por causa do estado de calamidade pública aprovado pelo Congresso em março, o Governo Central está dispensado de cumprir a meta de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para este ano.

Segundo os números do Tesouro, as medidas associadas à pandemia aumentaram as despesas em R\$ 29,8 bilhões no mês passado. A maior despesa decorre do auxílio emergencial, que totalizou R\$ 21 bilhões. Em segundo lugar, vem o aporte de R\$ 5 bilhões do Tesouro ao Fundo Garantidor de Operações, que garante empréstimos para micro e pequenas empresas.

A ajuda aos estados e municípios consumiu R\$ 3,6 bilhões em outubro, depois que a última parcela de R\$ 15,03 bilhões da ajuda total de R\$ 60,2 bilhões foi paga em setembro. O Tesouro ainda desembolsa recursos para reforçar os sistemas de saúde dos governos locais e compensar a queda nos repasses dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

Reformas

Mesmo com autorização para gastar mais, o Tesouro fez um apelo para a continuidade das reformas estruturais, de modo a preservar o teto federal de gastos, a única âncora fiscal que restou no Orçamento de 2020. Segundo o órgão, é necessário retomar os esforços de prosseguir com as reformas administrativa, do pacto federativo e emergencial depois do fim da pandemia, caso contrário haverá danos para a sociedade e para a economia.

“A retomada do processo de consolidação fiscal passa pela garantia de que despesas temporárias não se tornem permanentes e pela discussão sobre o crescimento das despesas obrigatórias, reduzindo as incertezas sobre a trajetória futura do gasto público e robustecendo nossas regras fiscais, como o teto de gastos, base da ancoragem das expectativas, da recente queda de juros no Brasil e do aumento da confiança dos agentes econômicos”, informou o Tesouro, em comunicado.



O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro em cerimônia no Palácio do Planalto. Pedro Ladeira/Folhapress

TCU ameaça condenar Guedes se governo não definir meta fiscal

Tribunal já fez alerta de que proposta flexível em tramitação no Congresso contraria LRF e Constituição

Julio Wizaick e Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, corre o risco de sofrer uma condenação pelo plenário do TCU (Tribunal de Contas da União) caso ignore alerta enviado pelo órgão e deixe de enviar ao Congresso uma meta fiscal para o resultado primário de 2021.

O plenário do tribunal decidiu por unanimidade, há cerca de 20 dias, comunicar ao governo que atuar com meta flexível é não ter uma meta, o que significaria cometer crime de responsabilidade.

Na avaliação de técnicos do tribunal, se essa situação persistir, há uma possível condenação de Guedes deverá respingar em Jair Bolsonaro e abrir caminho para um processo de impeachment, como ocorreu com Dilma Rousseff (PT). A flexibilidade da meta fiscal (receitas menos despesas) foi proposta pela equipe econômica em abril, quando o governo não mandou o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021 ao Congresso.

A proposta muda de forma significativa a interpretação sobre a legislação orçamentária do país em meio a uma série de incertezas sobre o rumo fiscal a partir do ano que vem. O governo propôs no texto que o valor da meta seja ajustado ao longo de 2021 e adaptado às estimativas feitas a cada dois meses de receitas e despesas para o ano. Na prática, isso liberaria o governo de perseguir um limite fiscal.

Nos bastidores, o próprio Ministério da Economia reconhece que o mecanismo elaborado faz a meta fiscal de 2021 ser inexistente.

A justificativa é que, durante a elaboração do PLDO, a incerteza sobre os rumos da economia com a pandemia era elevada e, por isso, seria difícil prever um resultado fiscal para o próximo ano.

Em outubro, o TCU não só fez alerta a respeito da proposta, mas também se pronunciou em favor de uma meta fiscal para o próximo ano.

Para o TCU, a proposta da meta móvel subverte a regra de resultado fiscal e torna ineficaz seus propósitos, "o que pode fragilizar os esforços para assegurar a consolidação fiscal e a trajetória sustentável do endividamento federal", nas palavras dos ministros no acordo sobre o assunto. Para eles, ficaria sob controle ainda o controle da execução orçamentária em 2021.

Embora a meta de resultado primário apresentada possa ser justificada pelo caráter excepcional das circunstâncias atuais, sua recorrência não poderá ser tolerada, por afetar o planejamento fiscal responsável [...] e a credibilidade do governo perante os agentes econômicos", afirma o acórdão do órgão de controle.

A equipe econômica expressou recentemente que iria discutir possível mudança na proposta, mas ainda resiste e prefere deixar a decisão para o Congresso. "A posição atual é que temos uma redução do nível de incerteza, o que permite analisar com mais precisão

[os números de 2021]. Colocamos à disposição do Congresso para discutir as cláusulas do PLDO", disse recentemente o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, expressou visões semelhantes, mas, em sua avaliação, uma mudança no texto enviado ao Congresso teria suas vantagens. "Projetar uma arrecadação para 2021 é muito mais preciso hoje do que antes, mas ainda assim existe incerteza. Vale um debate no Congresso, para analisar esses prós e contras". A equipe econômica aposta em uma aprovação do PLDO, argumentando que as despesas em 2021 só podem ser executadas após o aval do Congresso ao texto. Segundo essa visão, os parlamentares têm interesse em aceitar a proposta antes do fim do ano.

Mas o PLDO está há mais de sete meses travado no Congresso, tendo como pano de fundo a disputa pela presidência da Câmara. A não aprovação até 31 de dezembro pode

Black Friday

Cadeira Aeron Grafite Completa com todos os ajustes **12X R\$740,00**



Herman Miller

GARANTIA 12 ANOS



Fale com um consultor

NOVO AMBIENTE

Al. Cabral, Monteiro da Silva, 683 (11) 3062-8355

showroomvendado@novoambiente.com.br

novoambiente.com.br | @novoambiente

verno de responsabilidade por não definir uma meta fiscal.

No entanto, assessores de Bolsonaro consideram essa solução difícil pois, nos bastidores, o governo trabalha pela eleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara.

Para os articuladores do Planalto, mesmo com maioria formada pela Primeira Turma do Supremo para que o deputado continue como réu em ação por corrupção passiva, uma condenação só viria depois do término do mandato de dois anos — o que o habilitaria para o posto.

Maia, que deixa a presidência em fevereiro, já declarou a aliados que não colocará a renovação da calamidade em votação caso o governo envie uma nova proposta sobre o tema até o fim deste ano.

Portanto, as regras fiscais voltam a vigorar em sua plenitude a partir de janeiro, vencido o prazo da calamidade.

Juliana Damasceno, especialista em finanças públicas da FGV, afirmou que o governo deixou de considerar a Covid-19 nos números do Orçamento de 2021 e que a prorrogação do estado de calamidade não retine consenso do ponto de vista legal.

Nos debates dos quais participa, muitos especialistas defendem que a Covid não é mais um evento imprevisível em 2021. Sob essa visão, créditos extraordinários (fora do teto) contra a pandemia não seriam mais justificáveis.

Ações contra União disparam, e governo prevê perda de R\$ 802 bi

Bernardo Caram

BRASÍLIA O estoque de processos judiciais contra o governo federal disparou nos últimos anos, para um montante de R\$ 2,4 trilhões em 2020. O volume é mais de quatro vezes o total registrado em 2014.

De acordo com relatório do Tesouro Nacional publicado nesta quinta (26), 34% desse total, R\$ 822 bilhões, são classificados como perda provável para o governo. Além disso, 66% ou R\$ 1,6 trilhão são considerados perda possível. Segundo a pasta, há elevada concentração de ações de natureza tributária e previdenciária.

O Tesouro também apresentou o resultado fiscal de outubro. As contas federais registraram déficit primário de R\$ 3,6 bilhões, pior dado para o mês desde 2015.

A trajetória de alta das ações judiciais também é observada nos gastos do governo decorrentes de processos já concluídos, com derrota para a União. O valor anual pago saltou de R\$ 19,8 bilhões, em 2014, para uma estimativa de R\$ 54 bilhões em 2020.

O principal elemento nos fatores de risco são as ações judiciais [...]. É um risco ao qual a gente tem que ter bastante atenção porque tem crescido bastante nos últimos anos", disse o coordenador-geral de planejamento e riscos fiscais do Tesouro, Pedro Ivo Souza. Está nos planos do governo revisar a metodologia de paga-

mento desses passivos. A avaliação do ministro Paulo Guedes (Economia) é que os gastos estão em movimento expansivo e são insustentáveis.

Os chamados precatórios, dívidas do governo reconhecidas pela Justiça, já foram alvo de polêmica recente. Estudo da equipe econômica sobre possível limitação desses pagamentos para ajustar as contas públicas acabou incluído em uma proposta de ampliação da Bolsa Família.

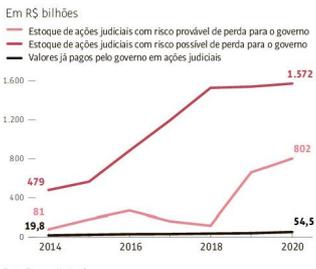
A ideia, apresentada por parlamentares ao lado do presidente Jair Bolsonaro e de Guedes em setembro, era usar a economia de recursos gerada pela medida para financiar o novo programa social.

O plano, que recebeu forte reação negativa e foi interpretado como uma tentativa do governo de dar uma espécie de calote, acabou engavetado. Os dados apresentados pelo Tesouro Nacional fazem parte do relatório de riscos fiscais da União. De acordo com o documento, a exposição do governo federal a riscos específicos subiu R\$ 566 bilhões em 2020, para R\$ 4,8 trilhões.

Os riscos específicos são relacionados a eventos que ocorrem de maneira irregular, podendo ter relação com programas governamentais, propostas que tramitam no Congresso, garantias de operações de crédito e outros possíveis passivos.

Além do volume de ações

Processos judiciais contra o governo



Fonte: Tesouro Nacional

Notícias de vacinas puxam dinheiro para emergentes, diz IIF

Os mercados emergentes superaram uma fase de saída de capitais, e as fortes entradas recentes devem continuar até o fim do ano, disse o Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês) nesta quinta-feira (26). Economistas do IIF escreveram que notícias positivas sobre vacinas para a Covid-19 proporcionaram "um poderoso impulso à demanda global" que atraiu investidores para os ativos de economias emergentes.

judiciais, o governo aponta que o estoque da dívida ativa está em R\$ 2,4 trilhões. Desse total, a União espera recuperar apenas R\$ 441 bilhões.

Em relação a propostas legislativas que beneficiam estados e municípios ao mesmo tempo que geram custos para o governo federal, o impacto estimado para a União é de R\$ 590 bilhões em dez anos.

O Tesouro diz que a dívida pública está em patamar muito elevado, próximo a países com classificação pior que o Brasil nas agências de risco. Por isso, o órgão diz que é urgente retomar o processo de consolidação fiscal.

"O país se encontra em uma

posição frágil, inclusive para realizar políticas sociais necessárias. Isso porque, com a dívida em nível tão alto, choques que obstruam a retomada do crescimento econômico, onerem o custo da dívida ou prolonguem os déficits primários podem conduzir a dívida pública a uma trajetória ainda mais alta, sem perspectiva de estabilidade no horizonte no médio prazo", informou o Tesouro.

O alerta é feito em razão do grande volume de gastos feitos pelo governo para implementar medidas para mitigar efeitos da pandemia do novo coronavírus. Neste ano, a agenda fiscal foi interrompida para fazer frente à crise sanitária.

Entre janeiro e outubro, o rombo do governo, impulsionado por essas ações emergenciais, ficou em R\$ 681 bilhões.

Não aprovar ajuste em 2020 não é fim do mundo, diz secretário

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou nesta quinta-feira (26) que não será o fim do mundo se o Congresso não aprovar neste ano a PEC (proposta de emenda à Constituição) emergencial, que traz medidas de ajuste nas contas públicas.

De acordo com o secretário, os dados do Tesouro indicam que o governo deve cumprir

até 2023 o teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação — mesmo sem a aprovação da proposta.

"A PEC fiscal, dos gatilhos, do pacto federativo, se for aprovada, é uma sinalização excelente porque você já reduz a incerteza em relação à trajetória da despesa para além de 2022. [...] Mas a não aprovação para já não é o fim do mundo, porque o teto será cumprido até 2022 e 2023, como trouxe o relatório de riscos fiscais", afirmou.

Funchal ponderou que a sinalização positiva gerada por eventual aprovação da medida poderá ter como efeito uma redução nas taxas de juros.

Em 2019, o governo enviou ao Congresso um amplo pacote de medidas de reorganização do Estado. Uma das três propostas é a PEC emergencial, que prevê a retirada de amarras do Orçamento e o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal.

Com a pandemia, o governo mudou de estratégia e resolveu priorizar apenas a votação da PEC emergencial. Uma das ideias era que o relator Marcio Bittar (MDB-AC) incluisse na proposta a criação de um novo programa social.

O texto chegou a ser anunciado, mas uma polêmica sobre o uso de precatórios para financiar o programa acabou adiando o debate.

Após idas e vindas, o relatório não foi apresentado.

mercado

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (entrevista)
paineis@grupofolha.com.br

Tropeço na largada

Festejada pelos investidores por sua ambiciosa estratégia de transformação digital, a varejista Magazine Luiza se afastou da corrida deflagrada pelo lançamento do Pix, o sistema de pagamentos instantâneos desenvolvido pelo Banco Central. A companhia participou do processo para habilitação da primeira leva de participantes, mas o deixou antes da conclusão dos testes realizados pelo BC. Empresas que ainda não aderiram ao Pix terão nova chance a partir de dezembro.

RISCO O Magazine Luiza informou ter deixado o Pix para mais tarde para evitar que uma eventual instabilidade na sua plataforma prejudicasse as vendas na Black Friday. A companhia afirma que sua prioridade neste momento é manter a base de usuários do Magalu Pay, conta digital lançada neste ano, que já tem dois milhões de clientes.

MEU PRIMEIRO Bancos e empresas que participam do Pix desde a estreia disputam as chaves que os consumidores devem cadastrar para ter acesso ao sistema de pagamento. Seu objetivo é não só ampliar a base de clientes, mas evitar que eles sejam capturados pelos concorrentes. Cada pessoa pode ter até cinco chaves.

PLANOS O Magazine Luiza diz que voltará a trabalhar para se integrar ao sistema do BC em breve, e que pretende desenvolver uma série de projetos associados ao Pix. Aplicativos de outras cadeias de varejo, como a Ame Digital, das Lojas Americanas, e o Abastecer AI, que pertence à rede de postos Ipiranga, já participam do Pix.

FÓLEGIO Vendas online de produtos eletrônicos subiram 15% e as de material de construção aumentaram 12% nas primeiras três semanas deste mês, em comparação com igual período do ano passado, segundo análise de uma amostra de clientes do Itaú Unibanco. Compras em sites relacionados a turismo caíram 53% às vésperas da Black Friday.

MELHOR AMIGO O comércio de produtos para animais de estimação deve faturar R\$ 40 bilhões neste ano, diz o Instituto Pet Brasil. O resultado representa aumento de 12% em relação a 2019. As maiores alças estão previstas para produtos veterinários (16%) e alimentos para os bichos (22,5%).

VÍFUS As mulheres sofreram mais na pandemia do que os homens, sugere pesquisa da Automotive Business e da consultoria MHD no setor automotivo. Entre elas, 92% disseram ter sentido ansiedade. Entre eles, 81%. A diferença é atribuída ao efeito desigual das mudanças na rotina e à piora no gerenciamento das tarefas na pandemia.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Novembro, em % ao mês

● Mínimo ● Máximo

7,73 8,00 3,89 7,89

Cheque especial Empréstimo pessoal

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência novembro*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de novembro vem em 18 dez para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 dez

VEJA BEM Representantes da indústria siderúrgica pretendem aproveitar encontro com o presidente Jair Bolsonaro nesta sexta (27) para se defender de críticas de setores como a construção civil, que apontam a falta de matérias-primas como entrave à recuperação da economia.

FORNO ACESSO A taxa de uso da capacidade instalada na siderurgia, que caiu para 42% no início da pandemia, está em 68%, segundo o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes. "Há necessidade de reposição de estoques, mas não se desistam do mercado doméstico", diz.

PRESSA Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins, as dificuldades com fornecedores foram maiores em setembro e outubro, mas persistem. "As indústrias prometem resolver a situação até o final do ano, mas precisamos regularizar o ritmo", afirma.

FAÇAM FILA Advogados especializados em recuperação judicial esperam um aumento no volume de processos no início do ano que vem, quando deve entrar em vigor a nova lei sobre o tema. Aprovada pelo Senado na quarta (25), ela espera sanção presidencial.

SEM ALVIO Para Thomas Felsberg, muitas empresas que conseguiram rolar dívidas durante a pandemia continuam com dificuldades. Fábio Rossas, do escritório Cescon Barrieiro, diz que a nova lei dará mais eficiência e celeridade para o processamento dos pedidos.

DE VOLTA Fluxos de capital estrangeiro para mercados emergentes se recuperaram com força neste trimestre, após o tombo causado pela Covid-19, diz o Institute of International Finance, associação dos maiores bancos do mundo.

NA FRONTEIRA Segundo a entidade, dados preliminares indicam que o fluxo de investimentos e empréstimos para países emergentes neste fim de ano será o maior registrado desde o primeiro trimestre de 2013. Bônus lançados para captar recursos no mercado externo puxam a recuperação, dizem os bancos.



Os economistas Laura Carvalho e Samuel Pessôa e o jornalista Fernando Canzian, que mediu o webinar 'Como gerar um novo ciclo de crescimento', realizado pelo FGV Ibre e pela Folha nesta quinta (26) Danilo Verpa/Folpress

Economistas divergem sobre fim do auxílio e retomada em 'V'

Laura Carvalho descarta recuperação com fim abrupto do benefício; para Samuel Pessôa, crescimento depende de um Orçamento enxuto

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Os economistas Laura Carvalho, professora livre-docente da FEA-USP e Samuel Pessôa, pesquisador associado do FGV Ibre e colunista da Folha, discutiram sobre o caminho que o governo deve seguir em 2021 para que seja possível gerar uma retomada da economia.

Carvalho e Pessôa participaram nesta quinta-feira (26) do webinar "Como gerar um novo ciclo de crescimento", realizado pelo FGV Ibre e pela Folha. O debate foi mediado pelo repórter especial Fernando Canzian.

Para Carvalho, o cenário de retirada total do auxílio emergencial não é promissor e vai elevar a pobreza e a desigualdade em um momento em que a crise sanitária não estará resolvida.

Na avaliação de Pessôa, por outro lado, a epidemia "está passando" e a economia caminha para uma recuperação em "V". Para ele, a retomada depende mais de um Orçamento que caiba no bolso do Estado do que da renovação de um auxílio insustentável do ponto de vista fiscal.

Fim do auxílio emergencial

Pessôa afirmou que é necessário reconstruir as condições para que tenhamos um Orçamento no ano que vem compatível com o que foi em 2019. Para ele, é possível discutir na Comissão de Orçamento do Congresso mecanismos para aumentar o gasto social, mas de uma forma que seja fiscalmente responsável e sustentável no longo prazo.

"Acho que a epidemia está passando, não está clara a extensão desta segunda onda, mas a gente está fazendo uma saída do auxílio emergencial. Eram R\$ 600, caiu para R\$ 300, zera em janeiro, e a economia volta", afirmou Pessôa.

"As condições para ela voltar dependem mais de a gente conseguir reconstruir um Orçamento que caiba no bolso do Estado brasileiro do que a gente renovar um auxílio que é insustentável do ponto de vista fiscal e que vai gerar uma sensação de insolvência, coloca o câmbio em uma trajetória de maior desvalorização, reforça esse processo inflacionário que já se iniciou e atrapalha ainda mais a economia".

Já Carvalho disse que o auxílio neutralizou o impacto na queda de renda neste ano e que a possível extensão da

“ Vamos ter uma situação social e econômica difícil. A desigualdade caiu durante a pandemia. Não só a pobreza, que atingiu patamares historicamente muito baixos. Aquilo que foi neutralizado com o auxílio já começa a vir com a redução do valor. É difícil imaginar uma retomada rápida em um contexto assim, de retirada de um estímulo fiscal que certamente atenuou a crise

Laura Carvalho
professora livre-docente da FEA-USP

“ As condições para ela [economia] voltar dependem mais de a gente conseguir reconstruir um Orçamento que caiba no bolso do Estado do que renovar um auxílio que é insustentável do ponto de vista fiscal e que vai gerar uma sensação de insolvência, coloca o câmbio em uma trajetória de maior desvalorização, reforça esse processo inflacionário

Samuel Pessôa
pesquisador associado do FGV Ibre

crise inviabiliza o fim brusco desse benefício.

"Vamos ter uma situação social e econômica difícil. A desigualdade caiu durante a pandemia. Não só a pobreza, que atingiu patamares historicamente muito baixos. Aquilo que foi neutralizado com o auxílio já começa a vir com a redução do valor [de R\$ 600 para R\$ 300]. É difícil imaginar uma retomada rápida em um contexto assim, de retirada de um estímulo fiscal que foi tão substantivo e certamente atenuou a crise", afirmou.

Retomada da economia

A economista da FEA-USP se disse mais pessimista que Pessôa sobre as perspectivas para o crescimento em 2021. "Avança é o que pode encerrar essa fase de insegurança, mas não acho que no primeiro semestre vamos estar com a população vacinada. Não parece que as atividades dos setores mais afetados serão retomadas. E os outros setores vão sofrer com a retirada do auxílio. Não acho que a gente tenha elementos para recuperar em 'V' no ano que vem".

Para Pessôa, o país está próximo de uma situação de dominância fiscal, quando os instrumentos utilizados pelo BC para manter a inflação sob controle (principalmente a taxa básica de juros) perdem eficácia ou até mesmo geram o efeito contrário em razão do impacto sobre o endividamento da União.

Com a acumulação de poupança do setor privado e os juros baixos, Pessôa diz que há como retomar o crescimento. Ele prevê expansão de 4,5% a 5% do PIB em 2021, após queda semelhante neste ano.

Inflação

Pessôa afirmou que a inflação está acelerando por causa de vários choques. "Em maio vamos ter uma inflação rodando de 4,5% em 12 meses". Se a gente não passar por um processo de consolidação fiscal, a gente vai entrar em uma espiral inflacionária. E, quando a inflação se instaura, quem perde são os mais pobres, e é muito difícil eliminá-la".

"Estamos diante de um quadro de dominância fiscal: inflação fora de controle? Acho que isso a gente tem de controlar", disse Carvalho. "Não acho que se trate de fenômeno inflacionário fora de controle, é a desvalorização do câmbio não é coisa nova", rebateu.

"Usa-se desvalorização do real acima de outras moedas para mostrar que é o risco fiscal que está trazendo isso. Isso eu quero questionar. O real, se a gente pega desde 2001 a 2019, é consistentemente a moeda que é mais volátil. Não é uma coisa deste ano. A desvalorização começou antes da pandemia", afirmou Carvalho.

Desemprego
A professora da FEA disse que a quebra das micro e pequenas empresas durante a pandemia não necessariamente vai ser revertida e que os empregos no segmento não serão recuperados de maneira rápida.

"Pode ter um aumento do desemprego no início do ano, pela retirada do auxílio, com essa crise ainda não resolvida, a questão dos contratos suspensos que garantiam uma estabilidade para os empregados saindo de cena, afirmou. "No entanto, acho que, para o segundo semestre, esse desemprego deve cair".

Para Pessôa, a recuperação do emprego vai depender da velocidade da recuperação da economia no ano que vem. "Se a gente for pelo caminho que eu estou sugerindo, o crescimento 'V' vem, a economia volta forte e vai gerar emprego. A taxa de desemprego deve cair no ano que vem", prevê.

Teto de gastos
Pessôa afirmou que, a partir de 2022, será possível discutir mudanças no teto de gastos, mas que 2021 não é um bom momento para isso. "Em um segundo momento, podemos derrubar o teto. Vamos primeiro virar a página da epidemia, vamos reconstruir uma normalidade, o câmbio vai voltar um pouquinho, essas pressões inflacionárias talvez se dissipem e a gente tem condições de recuperar no ano que vem as perdas de crescimento. No ano seguinte vamos repensar todo o contrato social".

Carvalho, por outro lado, diz que o teto já está colapsando e que não é possível esperar por um ambiente de calma para rever uma regra que impede o governo de financiar um novo programa social. "O ambiente de crise é ruim para todo tipo de discussão de longo prazo, mas estamos nesse impasse. O que é mais urgente? O colapso social se coloca no topo das prioridades. Sou contra fazer do jeito que o governo pode acabar fazendo, que é usar fundos extrateito para pagar a prorrogação do auxílio ou o Renda Cidadã ou ficar prorrogando o decreto de calamidade", afirmou.

Alimento ficará mais barato em 2021, diz BC

Presidente da autoridade monetária também nega que tenha criticado Guedes ao demonstrar preocupação com a dívida

Bernardo Garam e Larissa Garcia

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta quinta (26) que os alimentos ficaram mais baratos em 2021. Segundo ele, a inflação desses produtos chegou a um pico e voltará a cair.

Em entrevista ao SBT, Campos Neto afirmou que o efeito na inflação é temporário, motivado por fatores como a desvalorização do real e a injeção de dinheiro na economia com os pagamentos do auxílio emergencial.

"Temos uma tendência mundial de alguns alimentos em que o preço foi transferido, o preço internacional está caindo, então a gente entende que sim, alguns alimentos vão ficar mais baratos", disse.

"A inflação de alimentos, que chegou a um pico de 18%, vai voltar a cair. Dá para dizer, sim, que a parte de alimentação em domicílio tende a ter um ano melhor no ano que vem do que teve neste".

Na quarta (25), o IBGE divulgou que o IPCA-15, prévia da inflação oficial, teve a maior variação para um mês de novembro desde 2015, de 0,8%.

O grupo alimentação e bebidas subiu 2,16% e foi responsável por influenciar 0,44 ponto percentual do índice geral do mês. No ano, o setor acumula alta de 12,12%.

O chefe da autoridade monetária também afirmou que não criticou Paulo Guedes (Economia) ao dizer que o Brasil precisa de um plano que demonstre preocupação com a trajetória da dívida pública para ganhar credibilidade.

Na quarta, após Campos Neto dizer que o país precisa de um plano que demonstre preocupação com a trajetória da dívida pública, Guedes rebateu. "O presidente Campos Neto sabe qual é o plano. Se ele tiver um plano melhor, pergunte a ele qual o plano dele, qual o plano que vai recuperar a credibilidade", disse. "O dia em que a Bolsa estiver caindo 50%, o dólar explodindo, aí vou dizer que falta credibilidade".

Na entrevista desta quinta, o presidente do BC disse que estava apenas ecoando uma preocupação que havia sido dita por Guedes, de que é importante respeitar o teto de gastos e não buscar saídas que gerem gastos permanentes.

"Não era uma crítica. Eu estava, na verdade, ecoando uma mensagem que tinha sido propagada pelo ministro e pela área de economia, né?"

No atacado, preço dispara, e consumidor deve preparar o bolso

Mauro Zafalon

SÃO PAULO Os consumidores vão sentir cada vez a pressão da inflação no bolso. Os preços dos produtos industriais na porta das fábricas, sem

impostos e sem frete, estão com a maior alta desde a criação do chamado IPP (Índice de Preços ao Produtor), pelo IBGE, em 2014.

A inflação nas indústrias já atinge 19,1% nos últimos 12 meses, e a pressão está bastante acentuada neste segundo semestre. Os alimentos são o carro-chefe, com alta de 35,9% de novembro do ano passado a outubro deste.

O aumento dos preços das

commodities no campo chega aos custos das indústrias. A alta do dólar, que dá competitividade ao produto brasileiro no exterior, e a demanda aquecida da China, que favoreceu as exportações, incentivaram essa evolução de preços.

No primeiro semestre, o IPP dos alimentos teve uma evolução de 8,4%, com uma média mensal de 1,3%. Já no segundo, em apenas quatro meses, a alta é de 18,8%, com uma

taxa média mensal de 4,4%. Embora o cenário econômico não seja bom, boa parte desses custos será repassada, exatamente em um período de salários mais curtos.

Segundo o IBGE, os alimentos foram os que mais pressionaram o IPP. A média geral desse índice, que inclui outros setores como indústrias extrativas e de transformação e abrange as grandes categorias econômicas, como bens

de capital, bens intermediários e bens de consumo, inclusive os alimentos, teve evolução mensal de apenas 0,64% no primeiro semestre e de 3,1% de julho a outubro.

Entre os dez bens intermediários que tiveram as maiores pressões no IPP, oito são da área agrícola. Os principais já são conhecidos: arroz, soja, carnes e açúcar. Em alguns casos, como no de óleo de soja, a alta chega a 72% em 12 meses.



24 livros de Agatha Christie pela metade do preço

Culpado será quem perder essa oportunidade

Coleção Folha O Melhor de Agatha Christie:
uma exclusiva seleção de livros reúne os personagens mais famosos da Rainha do Crime.
Hercule Poirot e Miss Marple desafiam o leitor a descobrir quem é o assassino antes de chegar à última página.

50%

DE DESCONTO*
na compra da coleção completa

DE: ~~de R\$ 477,00~~
POR: R\$ 228,80

10x

sem juros no cartão

FRETE GRÁTIS

para os estados de SP, RJ, MG, PR*

OFERTA VÁLIDA ATÉ

29/11

NÃO PERCA!





COMPRE E RECEBA SEM SAIR DE CASA

folha.com.br/agathachristie

FOLHA

NÃO DA PRA NÃO LER

*oferta válida na compra da coleção completa

Indústria pede mais prazo para importar arroz sem tarifa

Indústrias de arroz formalizaram um pedido ao governo brasileiro solicitando a extensão do prazo de uma cota que permite que o país importe o cereal de fora do Mercosul sem tarifa, em uma medida que poderia beneficiar principalmente os EUA. O pedido foi feito após problemas de logística para a entrega de produtos adquiridos na Índia, conforme representantes do setor ouvidos pela Reuters, que citaram que a indústria ainda lida com alta dos preços. Um conjunto de fatores que culminaram em recordes de preços internos do arroz levou o Ministério da Economia, em setembro, a zerar a Tarifa Externa Comum (TEC) para uma cota de 400 mil toneladas até 31 de dezembro. Agora, o sindicato da indústria de arroz de Minas Gerais (Sindarroz/MG) tenta prorrogar este prazo para 28 de fevereiro.

Veículo: G1	
Data: 27/11/2020	Caderno: Economia



Isenção de IOF acaba e crédito fica mais caro a partir desta sexta-feira

Imposto estava zerado desde abril, mas previsão era de que fosse retomado apenas no início de 2021.

Por Laura Naime, G1

27/11/2020 09h08 Atualizado há uma hora

Zerado desde abril para ajudar a mitigar os impactos da pandemia do coronavírus sobre a economia, o **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de crédito volta a subir nesta sexta-feira (27), para 3% - a mesma alíquota que vigorava antes da isenção.**

O **imposto foi zerado em abril**, como forma de baratear o crédito, e valeria inicialmente até o final de junho. Com a crise se prolongando ao longo dos meses, foi prorrogada por duas vezes.

A segunda extensão da medida, **em determinada em outubro**, previa a retomada do IOF após 31 de dezembro. **Na última segunda-feira (25), no entanto, o governo decidiu 'encurtar' a validade da medida.**

O fim antecipado foi determinado para compensar a isenção das contas de luz dos moradores do Amapá, que enfrentaram este mês uma **crise no fornecimento de energia elétrica que deixou o estado sem luz por vários dias**. De acordo com a Secretaria Geral da Presidência, os moradores do estado não pagarão contas de luz referentes aos 30 dias anteriores a 25 de novembro, data de assinatura da medida.

"O valor será ressarcido por recursos da própria União e não onerará os consumidores ou as contas de luz dos demais estados. Para isso, será aberto um crédito extraordinário, sendo o aumento de despesa compensado com o fim da isenção do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que vigoraria até o final do ano", informou o ministério.

A estimativa, no entanto, é que a volta do IOF traga aos cofres públicos muito mais do que os R\$ 80 milhões que serão repassados à Conta de

Desenvolvimento Energético (CDE). **De acordo com o blog da Ana Flor, a medida deve arrecadar pelo menos R\$ 2 bilhões.**

Expansão do crédito

Com IOF zerado e juros em queda, os últimos meses viram uma forte expansão do crédito no país. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os **bancos brasileiros concederam R\$ 2,6 trilhões em crédito no período de março a 23 de outubro**, incluindo novas operações, renovações e prorrogações de contratos.

De acordo com o Banco Central, o **volume total do crédito ofertado pelos bancos cresceu 1,9% em setembro** (último dado disponível), para R\$ 3,809 trilhões. Em doze meses, o crescimento do volume total do crédito bancário acelerou de 12,2% para 13,1%.

Já o **financiamento de imóveis disparou**: foram R\$ 13,9 bilhões em outubro de 2020, um aumento de 84% em relação ao mesmo mês de 2019. Desde o início do ano, foram financiados mais de 320 mil imóveis, somando R\$ 92,67 bilhões.

Veículo: G1	
Data: 27/11/2020	Caderno: Economia



Desemprego no Brasil salta a taxa recorde de 14,6% no 3º trimestre e atinge 14,1 milhões

Número de desempregados aumenta 1,3 milhão em 3 meses, segundo o IBGE. Em 1 ano, Brasil perdeu 11,3 milhões de postos de trabalho e, desde maio, menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país.
Por Darlan Alvarenga, G1

27/11/2020 09h01 Atualizado há 2 minutos

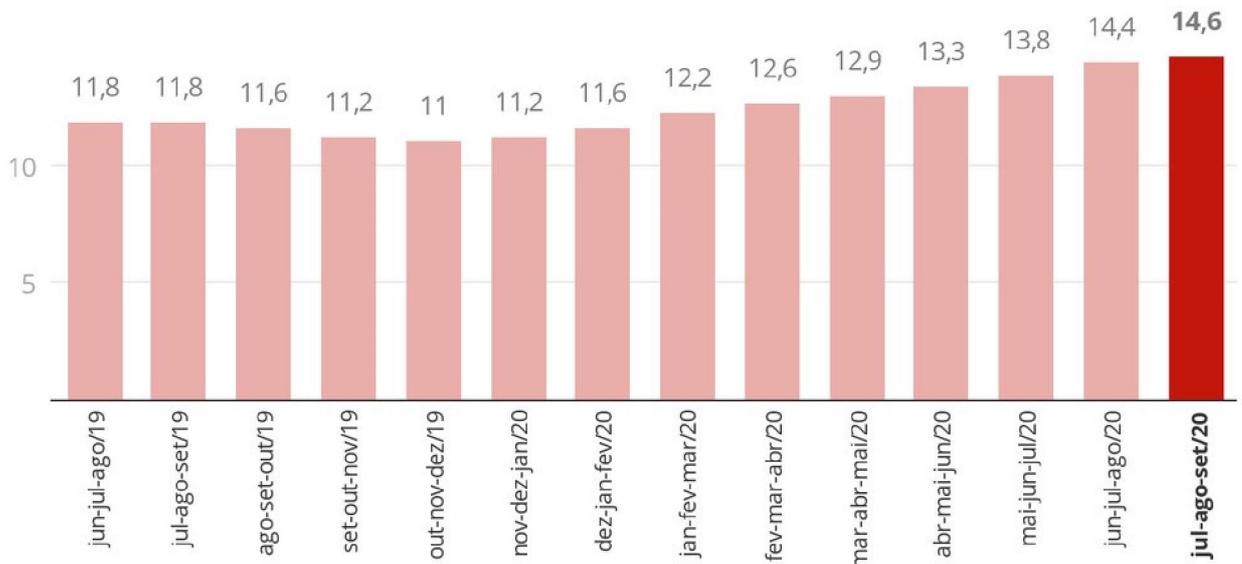
O desemprego no Brasil saltou para uma nova taxa recorde de 14,6% no trimestre encerrado em setembro, afetando 14,1 milhões de pessoas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua), divulgada nesta sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#)).

O índice de 14,6% corresponde a um aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao 2º trimestre (13,3%), e de 2,8 pontos percentuais frente ao mesmo intervalo do ano passado (11,8%).

"Essa é a maior taxa registrada na série histórica do IBGE, iniciada em 2012, e corresponde a 14,1 milhões de pessoas. Ou seja, mais 1,3 milhão de desempregados entraram na fila em busca de um trabalho no país", informou o IBGE.

Evolução da taxa de desemprego

Índice no trimestre, em %



Fonte: IBGE

O resultado do 3º trimestre ficou ligeiramente abaixo do estimado em pesquisa da Reuters junto a especialistas, de 14,9%.

O desemprego vem renovando recordes desde julho no país em meio ao retorno à força de trabalho daqueles que perderam sua ocupação na pandemia mas não estavam procurando um emprego.

Segundo a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, o aumento na taxa de desemprego também reflete a flexibilização das medidas de isolamento social para controle da pandemia de Covid-19. “Em abril e maio, as medidas de distanciamento social ainda influenciavam a decisão das pessoas de não procurarem trabalho. Com o relaxamento dessas medidas, começamos a perceber um maior contingente de pessoas em busca de uma ocupação”, afirma.

Resumo

Entre os principais destaques da pesquisa, segundo o IBGE, estão:

- **Mais 1,3 milhão de pessoas entraram na fila em busca de um trabalho** no 3º trimestre frente ao segundo;
- A taxa de desemprego subiu em 10 estados e ficou estável nos demais. **Bahia (20,7%) teve a maior taxa e Santa Catarina (6,6%), a menor;**
- Taxa de desemprego foi de **12,8% para os homens e 16,8% para as mulheres;**
- **Entre as pessoas pretas, a taxa foi de 19,1%**, enquanto a dos pardos foi de 16,5%; a menor taxa foi a dos brancos: 11,8%;
- **O desemprego é maior entre os jovens**, com destaque para a faixa das pessoas de 18 a 24 anos de idade (31,4%);
- O contingente de ocupados atingiu mínima histórica de 82,5 milhões de pessoas;

- Nível de ocupação foi de 47,1%; ou seja, **menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país**;
- O número de **desalentados** (pessoas que desistiram de procurar emprego) bateu novo recorde, chegando a 5,9 milhões;
- A **taxa subutilização atingiu recorde de 30,3%**, reunindo um total de 33,2 milhões de pessoas;
- O número de pessoas com carteira assinada caiu **2,6%** frente ao 2º trimestre, com perda de 790 mil postos;
- O **percentual da população ocupada do país trabalhando por conta própria foi de 26,4%**.
- A **taxa de informalidade subiu para 38,4%**, contra 36,9% no trimestre anterior, o que corresponde a 31,6 milhões de pessoas;
- A **massa de rendimentos dos trabalhadores caiu 4,9%** (menos R\$ 10,6 bilhões) em relação ao mesmo trimestre de 2019.

População ocupada cai para nova mínima histórica

A população ocupada no Brasil encolheu 1,1% em 3 meses, para 82,5 milhões, atingindo o patamar mais baixo da série histórica, segundo o IBGE. Em 12 meses, o país perdeu 11,3 milhões de postos de trabalho, considerando todas as formas de atuação no mercado de trabalho.

Com o novo recuo, o nível de ocupação encolheu para 47,1% da população apta a trabalhar, o menor da série histórica, contra 47,9% no trimestre anterior (47,9%). Desde o trimestre encerrado em maio, o nível de ocupação está abaixo de 50%, o que aponta que menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país.

Só construção e agricultura ampliam número de postos

Entre as atividades, somente construção e agricultura tiveram crescimento da população ocupada no terceiro trimestre aumento da população ocupada. Na construção, o aumento foi de 7,5% (399 mil pessoas a mais) e na agricultura a alta foi de 3,8% (304 mil trabalhadores a mais).

“A atividade da construção foi a que mais aumentou no período. Isso porque pedreiros ou outros trabalhadores conta própria, que tinham se afastado do mercado em função do distanciamento social, retornaram no terceiro trimestre com a reabertura das atividades e a demanda por pequenas obras, como reformas de imóveis”, afirma Beringuy.

Na outra ponta, a administração pública foi o destaque de postos eliminados, com uma redução de 3,7% (menos 616 mil pessoas) na comparação com o segundo trimestre.

Variação trimestral de vagas por setor — Foto: Economia G1

Emprego formal e informal

Os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada somaram 9 milhões no 3º trimestre, alta de 4,3% (mais 374 mil pessoas) frente ao 2º trimestre,

mas ainda 23,9% abaixo (menos 2,8 milhões) do registrado no mesmo trimestre de 2019.

Já os trabalhadores com carteira assinada eram 29,4 milhões, queda de 2,6% (menos 788 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e de 11,2% (menos 3,7 milhões de pessoas) na comparação anual.

Já o número de trabalhadores por conta própria (21,8 milhões) subiu 0,6% (mais 119 mil) em 3 meses, mas caiu 10,8% (menos 2,6 milhões de pessoas) frente ao mesmo período do ano passado. e 2019.

Com a ligeira reação do trabalho sem carteira assinada e por conta própria, a taxa de informalidade no país subiu para 38,4% da população ocupada (ou 31,6 milhões de trabalhadores informais). No 2º trimestre, estava em 36,9% e, no mesmo trimestre de 2019, em 41,4%.

Rendimento médio

O rendimento médio real habitual (R\$ 2.554) ficou estatisticamente estável frente ao trimestre e subiu 8,3% contra o mesmo trimestre de 2019 (R\$ 2.359). Para trabalhadores com carteira assinada, o valor médio ficou em R\$ 2.317, bem acima do rendimento dos empregados sem carteira (R\$ 1.670) e dos trabalhadores por conta própria (R\$ 1.805).

As unidades da federação com os maiores rendimentos foram Distrito Federal (R\$ 4.268), São Paulo (R\$ 3.366) e Rio de Janeiro (R\$ 3.251) e as menores, Maranhão (R\$ 1.408), Piauí (R\$ 1.513) e Alagoas (R\$ 1.543).

Taxa de desocupação (%)

Por UFs - 3º trimestre de 2020



Fonte: PNAD Contínua

Perspectivas

Apesar da reação da economia no 3º trimestre, com recuperação de parte significativa das perdas da fase mais aguda da pandemia, analistas avaliam que a taxa de desemprego deve continuar em trajetória de alta nos próximos meses considerando o fim dos programas de auxílio, as preocupações com uma **segunda onda de coronavírus e incertezas sobre o andamento de medidas de ajuste fiscal** para garantir a sustentabilidade das contas públicas.

A economia brasileira gerou 394.989 empregos com carteira assinada em outubro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na quinta-feira (26). Foi o quarto mês seguido em que as contratações com carteira assinada superaram as demissões. No acumulado dos dez primeiros meses deste ano, porém, houve a perda de 171.139 empregos.

Na avaliação do ministro da Economia, Paulo Guedes, o país pode recuperar essas vagas até o fim do ano, mesmo sendo dezembro um mês tradicionalmente marcado por fechamento expressivo de postos formais de trabalho.

"Podemos terminar o ano tendo perdido zero empregos no mercado formal, zero", disse o ministro. "Se terminarmos o ano com zero perda de empregos no mercado formal, terá sido um ano histórico da economia brasileira", acrescentou.



ROGÉRIO FURQUIM WERNECK



oglobo.globo.com/opiniaao/
editoria.artigos@oglobo.com.br



Entalo fiscal

Neste final de ano, a política fiscal do governo está fadada a ter um encontro marcado com a verdade. Já não há mais espaço para autoengano sobre suas reais possibilidades. Ao cabo de meses e meses de ilusionismo, falta de foco e escancarada procrastinação do anúncio das medidas de ajuste nas contas públicas que se fazem necessárias, o Planalto se descobre, agora, com não mais que três semanas e meia para escapar do entalo fiscal em que se meteu.

O governo nem mesmo conseguiu que o Congresso aprovasse a Lei de Diretrizes Or-

çamentárias (LDO). E a apreciação do Orçamento ainda inspira cuidados. Vem sendo tumultuada pela disputa precoce pelo controle das mesas do Congresso, instigada pelo próprio Planalto. Vai-se entrar em dezembro sem que Comissão Mista de Orçamento tenha sido sequer instaurada. É espantoso.

Salta aos olhos que, prestes a completar a primeira metade de seu mandato, Bolsonaro já não tem mais qualquer intenção de levar adiante um esforço sério de ajuste fiscal no que lhe resta de mandato. Não é isso que preconiza a ala desenvolvimentista do governo, nem o que acalenta a bancada que lhe dá apoio no Centrão nem, tampouco, o que defende o círculo mais próximo de conselheiros do presidente.

O que se viu até aqui foi um jogo de aparências, em que o governo finge que quer preservar o teto de gastos. De um lado, porque continua a temer que qualquer discurso mais ostensivo contra o teto possa desencadear reações implacáveis dos mercados. E, de outro, porque continua assombrado pelo temor de dar margem a um processo de impeachment, caso se disponha a violar abertamente uma regra fiscal claramente inscrita na Constituição.

Sobram razões para a preservação do teto de gastos, especialmente num governo que já não esconde sua falta de compromisso com o ajuste fiscal. E é improvável que as forças do Congresso que já se articulam em torno de projetos políticos de enfrentamento do bolsonarismo, em 2022, estejam dispostas a ajudar o governo a se desvencilhar da camisa de força constitucional que vem tolhendo, com eficácia, seus excessos fiscais.

É bem sabido que, encantado com o ganho de popularidade que lhe trouxe o auxílio emergencial, Bolsonaro continua fixado na ideia de poder implantar um programa similar no início do ano que vem, quando o pagamento do auxílio tiver sido suspenso, ao fim do período de vigência do estado de calamidade.

Dada a dificuldade de acomodar um programa dessas dimensões sob o teto de gastos, a “solução” fácil que, agora, vem sendo contemplada é a simples prorrogação do estado de calamidade que, supostamente (há quem discorde), permitirá estender o pa-

gamento do auxílio por alguns meses mais.

Como tal “solução” só seria minimamente defensável se de fato estivesse havendo claro recrudescimento da pandemia no país, não falta agora, no governo, quem esteja pronto a interpretar qualquer oscilação para cima nos números nacionais de casos ou mortes como evidência inequívoca do avanço de uma “segunda onda” pandêmica no Brasil. Quem te viu, quem te vê. O negacionismo que pautou a postura do governo na primeira onda da pandemia cedeu lugar, agora, a um alarmismo oportunista acerca da suposta segunda onda. “Não tem como não prorrogar” (o auxílio emergencial) é a palavra de ordem que ganha força no Centrão.

Quanto a medidas de ajuste fiscal de mais fôlego, é difícil discernir, em meio ao discurso caótico do governo — seja no Planalto, seja no Ministério da Economia —, algo que se assemelhe, ainda que remotamente, a um plano claro de jogo.

Findo o segundo turno das eleições municipais, a ser disputado em 57 cidades no domingo, o país testemunhará o despreparo com que o governo se verá obrigado a enfrentar, afinal, no apagar das luzes do ano legislativo, as alarmantes indefinições fiscais que, há meses, vem se permitindo manter.



MÍRIAM
LEITÃO



oglobo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



A incômoda visita da alta dos preços

Há uma distância entre o número da inflação oficial e como ela é sentida pelos brasileiros. No meio de uma recessão, com impacto maior sobre os alimentos, com queda da renda e alta do desemprego, ela pesa muito mais do que os 4,22% dos últimos 12 meses do IPCA-15. Hoje, sairá o IGP-M de novembro e pode superar 3%, como no último mês. Os IGPs estão nas alturas, em torno de 25%, por causa dos preços por atacado. A inflação tem natureza e peso diferentes desta vez. Não existe hora boa para a chegada da inflação, mas agora ela é uma visita ainda mais incômoda.

Em ambiente recessivo, os preços não deveri-

am subir. Mas já aconteceu recentemente. Em 2015 e 2016, quando houve o descongelamento de tarifas de energia, o índice passou de 10%. Agora, de novo, há vários motivos específicos. Uma forte desvalorização do dólar, o aumento das exportações de alimentos, um descompasso dentro da cadeia produtiva e até uma pressão de demanda em plena recessão. O auxílio emergencial produziu um aumento de renda temporário, mas a maior alta de preços bateu exatamente nos alimentos, que são os itens que mais pesam no orçamento das famílias.

O Brasil viveu no começo deste ano uma má desvalorização. Em 31 de dezembro a moeda americana estava cotada em R\$ 4,03. No dia 14 de maio, o pior momento, havia saltado para R\$ 5,93. Alta de 47% em cinco meses. De lá para cá, caiu para R\$ 5,32, mas ainda acumula uma valorização de 32% este ano. O real mais fraco tem o efeito econômico positivo de estimular as exportações, mas também representa aumento de custos para diversos setores. A indústria utiliza insumos, peças e máquinas importadas, e até alguns segmentos dos serviços sentem o efeito. Nos transportes, por exemplo, os combustíveis estão atrelados a preços internacionais. Há setores que reajustam preços sem dó nem piedade, independentemente da baixa demanda. Passagens aéreas dispararam 39% em outubro e mais 3,5% em novembro.

Outra razão da inflação deste ano é o forte salto nos preços por atacado. Em grande parte, reflexo da desvalorização cambial. Hoje, o IGP-M de novembro será divulgado e a projeção é de uma nova alta forte, de 3,3%, segundo a LCA Consultores, acima dos 3,23% de outubro. Os preços agropecuários no atacado devem disparar mais 8,63%, com aumentos no milho, trigo e na soja, que são matérias-

A inflação aparece em plena recessão, queda de renda e emprego e atinge exatamente o que mais pesa no orçamento das famílias

primas para outros elos da cadeia de produção de alimentos. Os preços industriais também estão subindo, e a estimativa é de alta de 2,48%. O Banco Central alegou que era um impacto temporário, concentrado nos alimentos, e que vários países do mundo estavam enfrentando o mesmo problema. Mas as histórias são diferentes de país para país, como mostrou o próprio presidente Roberto Campos Neto em apresentação na última semana. Nos EUA, os alimentos subiram mais de 5% na taxa anual, no pior momento da pandemia. Mas no Reino Unido o aumento não chegou a 2%. Entre oito países emergentes comparados pelo BC, o Brasil neste momento é o mais afetado pela inflação de alimentos, com elevação acima de 15%. Na China, subiu

muito, mas está desacelerando. No Peru, não passou de 3%. A principal explicação é, de novo, a forte desvalorização do real.

As projeções de mercado apontam inflação na meta para este ano e o próximo, mas os números têm sido revistos para cima, semana após semana. Essa mudança de cenário tem sido encarada pelos economistas como um “vento contrário não esperado”. Se as estimativas aumentarem muito, o Banco Central terá que elevar a Selic, e o mercado de juros já tem mostrado um descolamento entre as taxas mais curtas e as mais longas.

Alguns economistas começam a olhar preocupados para essa inflação que nos visita em hora totalmente imprópria. A renda caiu, mas os preços que mais sobem são de produtos que não se pode deixar de comprar, os alimentos. Como várias indústrias fecharam as portas durante a pandemia, está havendo em plena recessão uma falta de insumos dentro da cadeia produtiva. Na reabertura, as empresas estão produzindo menos porque não querem acumular estoques num cenário de incerteza. E isso faz com que qualquer retomada econômica possa alimentar a inflação.

Essa é uma inflação bem diferente dos outros eventos do passado recente. Acontece num contexto difícil para as famílias e para o governo, que está muito mais endividado. Uma visita realmente incômoda.



País cria 394,9 mil vagas formais em outubro

Resultado é o melhor desde 1992, puxado por contratações no setor de serviços e no comércio. Analistas temem que demissões aumentem com fim de acordos de redução de salário e jornada

MARCELLO CORRÊA, CASSIA ALMEIDA E CAROLINA NALIN*
 economia@oglobo.com.br
 BRASIL C10

O saldo entre contratações e demissões no mercado formal de trabalho no Brasil ficou positivo em 394.989 em outubro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério da Economia. O resultado é o melhor desde 1992, início da série histórica da pesquisa, considerando todos os meses. Analistas, contudo, temem que as demissões aumentem no fim do ano, quando terminam os acordos de redução de jornada e salário e de suspensão de contrato.

Com o dado de outubro, o país completa quatro meses seguidos de geração de postos de trabalho. O resultado reforça o discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a atividade está se recuperando e não é preciso prorrogar o auxílio emergencial, criado na pandemia.

O ritmo de contratações acelerou em relação a setembro, quando 313,5 mil empregos com carteira foram

criados, descontadas as dispensas. Apesar da sequência de dados positivos, o saldo acumulado no ano ainda é de perda de 171.139 postos, número influenciado principalmente pelas demissões registradas entre abril e maio.

Para Guedes, o país pode fechar o ano sem perdas de emprego, ou seja, com o número de contratações igual ao de demissões:

— Podemos terminar o ano tendo perdido zero emprego no mercado formal. Zero. Quando em 2015 perdemos mais de 1,2 milhão empregos, em 2016 também, em recessões autoimpostas. Nessa recessão, que veio de fora, que nos jogou ao fundo do poço, nós não perdemos rumo, nos levantamos e estamos criando empregos em alta velocidade.

SÓ AGRICULTURA PERDEU

Para que a previsão de Guedes se confirme, será necessário acumular resultados positivos no Caged em novembro e dezembro que somem ao menos 171 mil vagas.

O número de outubro foi puxado pelo setor de serviços, com saldo positivo de 156.766



Emprego com carteira. Saldo acumulado no ano ainda é de perda de 171.139 postos, devido às demissões de abril e maio

empregos. O comércio veio em seguida, com a criação de 115.647 vagas. Já a indústria abriu 86.426 empregos, e a construção civil, 36.296. Só a agricultura ficou no vermelho, com perdas de 120 vagas.

— Os serviços tiveram uma aceleração importante, que deve melhorar no quarto trimestre — diz Luka Barbosa, economista do Itaú, salientando que a segunda onda da Covid-19 é uma ameaça, mas a

possibilidade da vacina em 2021 pode atenuar os efeitos.

Para Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, o bom resultado do Caged vem dos acordos de suspensão de contrato e redução de jornada; do relaxamento da quarentena, que permitiu a abertura de comércio e serviços; e até da subnotificação das demissões, diante do número de 600 mil empresas fechadas com a crise, conforme pesqui-

sa Pulso Empresa, do IBGE:

— Foram 19,7 milhões de acordos firmados, envolvendo 9,8 milhões de empregados. O governo postergou a medida até 31 de dezembro. O temor é que, quando o benefício acabe, esses trabalhadores sejam desligados.

As informações do Caged refletem apenas os contratos com carteira. O balanço não capta a movimentação entre os informais.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, a taxa de desemprego atingiu o recorde de 14,4% no trimestre encerrado em agosto. Pelo levantamento, que considera trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada, 13,8 milhões de brasileiros buscam emprego.

O Itaú prevê que a taxa de desemprego atinja o pico de 15,2% no fim do ano. Imaizumi estima que chegará a 18% em fevereiro, com o aumento da procura, conforme a quarentena for relaxando.

Após seis anos desempregado, André Luis da Silva, de 40 anos, conseguiu em outubro um trabalho com carteira assinada, na área de suporte de operações, em um banco digital. Sem conseguir emprego como engenheiro civil, nos últimos dois anos foi motorista de aplicativo:

— Tinha dia que eu não conseguia levar R\$ 10 para casa como motorista de aplicativo. A certeza de que, no fim do mês, vou ter um salário digno e comida na mesa é algo indescritível. (*Estagiária, sob supervisão de Danielle Nogueira)

Veículo: O Globo	Online
Data: 27/11/2020	Coluna: Economia



Rombo nas contas públicas já chega a R\$ 681 bilhões em 2020

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@obb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo já acumula um rombo de R\$ 681 bilhões neste ano, entre janeiro e outubro, de acordo com dados divulgados ontem pelo Te-

souro Nacional. O número, o pior já registrado, é resultado da série de medidas que o governo tomou por conta da crise causada pela Covid-19 e do rombo na economia.

O resultado de outubro, por outro lado, veio melhor do que

as estimativas do mercado. No mês passado, o déficit (quando as despesas superam as receitas) foi de R\$ 3,6 bilhões. No ano, o governo espera um rombo de R\$ 844,5 bilhões.

Com um buraco nas contas, o governo precisa recor-

rer ao mercado para cobrir os gastos. Neste ano, a dívida pública federal subiu 9,2% entre janeiro e outubro, somando R\$ 4,64 trilhões.

Para o resultado acumulado de janeiro a outubro, a receita do governo federal desabou

11,6%, impactada pelo adiamento de impostos e o desempenho negativo da economia.

Já as despesas dispararam 42,7%, puxadas pelas medidas tomadas por conta da pandemia. Até outubro, os gastos primários realizados com medi-

das de combate à crise da Covid-19 totalizaram R\$ 468,9 bilhões, de um total de R\$ 582,7 bilhões aprovados até o fim do mês.

Ao comentar os resultados, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, assegurou que o teto de gastos será cumprido até 2023, mesmo que as medidas de ajuste não sejam aprovadas no curto prazo.



Plano de privatização de estatal do pré-sal provoca divergências

Intenção de ministro de vender PPSA é mais um foco de divisão no governo

MANOEL VENTURA
manoelventura@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A privatização da Pré-Sal Petróleo S. A. (PPSA) — a estatal que gere os contratos de exploração dos campos do pré-sal e que faz a comercialização do óleo que cabe à União —, desejo do ministro da Economia, Paulo Guedes, transformou-se em mais um foco de conflito da equipe econômica com outras áreas do governo. Neste caso, com o Ministério de Minas e Energia.

Junto com Eletrobras, Correios e a Companhia Docas de São Paulo (que administra o Porto de Santos), a PPSA faz

parte das quatro grandes privatizações que Guedes quer implementar nos próximos meses para ajudar a reduzir o rombo nas contas públicas. No entanto, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, um dos militares no alto escalão do governo, evita falar em privatização. Ele diz apenas estar disposto a estudar outras formas de comercializar a parcela do petróleo extraído em campos do pré-sal que cabe à União nos contratos de partilha firmados com petroleiras.

A privatização é, na prática, uma megaoperação de antecipação de receitas porque a empresa em si vale quase nada. A

PPSA estima que vai receber mais de R\$ 400 bilhões entre 2020 e 2032 com a comercialização do óleo-lucro dos 17 contratos existentes. O dinheiro não é da empresa, vai para os cofres do Tesouro.

OPERAÇÃO COMPLEXA

Por isso, a privatização significaria trazer uma receita futura a valor presente. Os ganhos de um eventual investidor privado na PPSA estariam em adiantar os recursos para a União agora e receber a partilha com as petroleiras ao longo do tempo. Para estruturar a venda, no entanto, seria necessário estudar, por exem-



Pré-sal. Plataforma da Petrobras: Guedes quer antecipar receita do petróleo

plo, tendências de câmbio e de preços de referência para o barril de petróleo e estipular algum tipo de deságio.

Por essas peculiaridades, há resistência no ministério a uma operação desse tamanho. Há um receio de a União sair perdendo, além da possibilidade de se criar uma discussão jurídica e administrativa.

Procurados, os ministérios de Minas e Energia e da Economia enviaram ao GLOBO uma nota conjunta na qual citam o papel da PPSA e lembram que ela não detém a titularidade das reservas. As pastas dizem não haver “qualquer divergência no seio do governo sobre os destinos da PPSA”. “O que está em curso é um debate sobre a monetização do óleo da União, apartado de qualquer discussão sobre liquidação da empresa e focado nos melhores resultados que esse processo possa agregar aos interesses do país”, diz o texto.



Valor ECONÔMICO | **Impresso**
O Valor Econômico costuma enviar notificações das principais notícias para você.

Agenda fiscal que não avança desgasta Guedes

Executivos de bancos e investidores institucionais ouvidos pelo **Valor** avaliam que uma eventual saída do ministro da Economia já não representaria ruptura para o mercado

Por **John Burn-Murdoch, Valentina Romei e Chris Giles** — De São Paulo

27/11/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Com desgaste crescente e falta de articulação para encaminhar a questão fiscal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, deixou de ser o fiel da balança do governo Bolsonaro, segundo executivos de bancos e investidores institucionais ouvidos pelo **Valor**. Entende-se que uma eventual saída de Guedes já não representaria ruptura para o mercado, desde que seu substituto tenha uma agenda fiscal responsável e de reformas.

Declarações cruzadas entre Guedes e o presidente do BC, Roberto Campos Netto, aumentaram o desgaste do ministro, na avaliação do mercado. Na quarta-feira, Campos pediu um plano que dê clara percepção aos investidores de que o país está preocupado com a trajetória da dívida. Em resposta, Guedes afirmou que, se Campos tivesse um plano “para recuperar a credibilidade” fiscal, poderia apresentá-lo. Ontem, o ministro disse ao **Valor** que não há atrito entre os dois e que Campos estava defendendo as reformas, não as atacando. Bolsonaro voltou a dizer que o “posto Ipiranga” é insubstituível.



O Valor Econômico gostaria de enviar notificações das principais notícias para você.



Por Daniel Rittner **NÃO, OBRIGADO**

Aceito

Iniciou sua carreira no Valor como trainee em 2000. Foi correspondente na Argentina e atualmente é repórter especial e trabalha na sucursal de Brasília

Os US\$ 4 bilhões que travaram na Esplanada

Empréstimos do BID, CAF e NDB esbarram em vaivém de pareceres

27/11/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo Jair Bolsonaro está deixando parado um financiamento internacional de \$ 4 bilhões, com taxas de juros mais baixas e prazos mais longos, das principais notícias para você. as captações feitas pelo Tesouro no mercado, para arcar com o pagamento do auxílio emergencial e ações de combate à crise econômica provocada pela pandemia.

Valor
econômico

AVIA. OBRIGADO

Aceito

A tomada do crédito, que foi anunciada em maio, travou na burocracia da Esplanada dos Ministérios. Enquanto isso, o Brasil abre mão de um alívio de algumas centenas de milhões de reais na gestão de sua dívida pública porque é obrigado a pagar mais caro para credores privados que têm financiado o gigantesco déficit primário no nosso “Orçamento de guerra”.

Créditos de BID, CAF e NDB esbarram em vaivém de pareceres

Seis bancos multilaterais e agências de desenvolvimento se dispuseram a emprestar para o Brasil. Todos já aprovaram, em suas instâncias decisórias, a liberação do crédito. As fontes de financiamento são as seguintes: US\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 1 bilhão do Banco Mundial, US\$ 1 bilhão do NDB (conhecido como Banco do Brics), US\$ 420 milhões do banco de fomento alemão KfW, US\$ 350 milhões do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e US\$ 240 milhões da Agência Francesa de Desenvolvimento.

No entanto, de forma atípica, nenhuma mensagem foi enviada ao Senado até agora pedindo autorização para essas operações. O passo a passo de qualquer financiamento é o seguinte. Primeiro, o próprio Poder Executivo analisa os termos do empréstimo negociado. Isso costuma ser um procedimento rápido, toma no máximo algumas semanas depois de aprovado o crédito pelos organismos internacionais, que é o tempo para a elaboração de um parecer do Tesouro e um sinal verde da Casa Civil. Na sequência, a mensagem do Palácio do Planalto vai para a análise dos senadores - tanto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) quanto do

plenário. Uma vez votada, ela se transforma em projeto de resolução do Senado. Não há apenas promulgação. O Valor Econômico gostaria de enviar notificações das principais notícias para você.

 Valor

Por causa do excesso de burocracia no governo, está tudo demorando. A primeira operação de crédito, do Banco de Brics foi aprovada por sua diretoria em Xangai no dia 20 de julho. Lá se vão mais de quatro meses e nada de o financiamento caminhar em Brasília. Em agosto, foi a vez de aprovações pelas diretorias do BID e da CAF, o banco que ainda usa a sigla histórica de quando se chamava Corporação Andina de Fomento. Essas operações estão na mesma situação - bem como os recursos do Banco Mundial, da alemã KfW e da francesa AFD.

Há grande mal-estar, nos seis organismos internacionais que fizeram os empréstimos, com a demora do governo. Eles frisam o caráter de emergência que as operações receberam dentro de cada banco ou agência. Em uma das instituições, na última reunião de diretoria, houve surpresa do colegiado com o relato de que o dinheiro ainda não poderia ser transferido por falta de aprovação no Brasil. Era o único dos países beneficiados sem receber financiamento para ações de combate à pandemia.

O Ministério da Economia pretendia usar da seguinte forma o crédito levantado: US\$ 1,72 bilhão para o programa de renda básica emergencial, US\$ 960 milhões para a ampliação do Bolsa Família, US\$ 780 milhões para o aumento das concessões de seguro-desemprego e US\$ 550 milhões para o programa de manutenção do emprego. No total, pela taxa de câmbio mais atualizada, são R\$ 21,2 bilhões.

Segundo fontes do governo, que reservadamente admitem as reclamações de organismos internacionais, tem havido um vaivém dos pareceres técnicos elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional. A Casa Civil teria rejeitado as primeiras versões dos documentos. No meio disso, comenta-se que também houve ressalvas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A coluna não conseguiu obter detalhes do que estaria causando as divergências.

Em termos práticos, existem dois problemas. Um é se os empréstimos programados para este ano podem escorregar para 2021. Tecnicamente, diz um diretor do organismo internacional, há condições de manter o crédito de curto prazo de vista político, bate um constrangimento. “Não era para financiar programas emergenciais? Houve decisão política de liberar os recursos rapidamente e a demora não condiz com o que havia sido dito”, afirma esse dirigente.

As taxas dos empréstimos negociados ainda não foram divulgadas. Elas se tornam públicas com a mensagem ao Senado. O último crédito internacional tomado pela União - uma operação de US\$ 195 milhões do BID para o fortalecimento da defesa agropecuária em 2019 - tinha juros iniciais de 3,78% ao ano e 300 meses (25 anos) como prazo para o pagamento.

Para ilustrar a diferença: no mercado, os títulos pré-fixados mais longos do Tesouro, com vencimento em 2031, pagam 7,94% ao ano. O resultado é que, sem colocar as mãos no dinheiro dos bancos multilaterais e agências de desenvolvimento, o Brasil está gastando mais para financiar parte do déficit fiscal.

Conclusão: às vezes o que chamamos de “burocracia” é um excesso de zelo legítimo e o que chamamos de “atraso” só reflete a sobrecarga de trabalho de determinados técnicos. De qualquer forma, a demora no envio das mensagens para o Senado soa como uma falta de prioridade pouco justificável.

Daniel Rittner é repórter especial. A titular da coluna, Claudia Safatle, está em férias

E-mail: daniel.rittner@valor.com.br

Déficit cai, mas Tesouro mantém alerta de risco fiscal

Com resultado negativo de R\$ 3,56 bilhões em outubro, rombo no ano já acumula R\$ 680,97 bilhões

Por Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

27/11/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Apesar de o déficit primário do governo central ter ficado menor que o esperado pelo mercado em outubro, o Tesouro Nacional manteve o alerta para o risco fiscal e condicionou o crescimento de longo prazo ao avanço na agenda de reformas. Em outubro, as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central ficaram negativas em R\$ 3,56 bilhões. No ano, o rombo chega a R\$ 680,97 bilhões.

Em um momento em que já se discute a necessidade de prorrogação de ações de combate aos efeitos da pandemia, a secretaria afirmou que “não há espaço para medidas que dificultem o processo de consolidação fiscal e fragilizem a regra do teto de gastos”. Defendeu ainda que as próximas quatro semanas “serão definitivas para o rumo das contas públicas nos próximos cinco ou dez anos”.

De acordo com o relatório Prisma Fiscal, analistas de mercado esperavam um déficit bem mais expressivo em outubro, de R\$ 44,1 bilhões. Segundo o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, no entanto, fatores como a recuperação econômica e o recolhimento de impostos diferidos durante a

pandemia contribuíram para o resultado. Em outubro, as receitas totais tiveram alta real de 9,6% em relação ao mesmo período de 2019. Já as despesas subiram 21,8%, influenciadas pela execução de medidas de combate à crise, que somou R\$ 28,9 bilhões.

Para o Tesouro, os resultados, embora indiquem melhora, “revelam a continuidade dos efeitos da crise” sobre as contas. Diante do déficit acumulado e da projeção de endividamento, “torna-se fundamental a retomada de um ambiente de gastos compatível com a realidade fiscal”. “Somente desta forma, a retomada do crescimento observada neste segundo semestre de 2020 e esperada para 2021 poderá se traduzir em avanço sustentável para 2022 em diante”, afirmou. Sem reformas estruturais e com desgaste das regras fiscais, o cenário é de alta do juro e baixo crescimento, completou.

Funchal rechaçou a visão de que falta credibilidade à política fiscal. Segundo ele, o governo tem clareza nos seus planos e objetivos. É preciso agir nas frentes de consolidação fiscal e produtividade, defendeu, citando as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) do Pacto Federativo e Emergencial como prioridades e os projetos de desvinculação de fundos, cabotagem e ferrovias. Ele afirmou que a agenda fiscal não precisa ser

discutida “às pressas”, mas daria um sinal positivo ao mercado. Disse ainda não ver risco de a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021 não ser votada neste ano.

Mais do Valor **Econômico**



Balanço não será gargalo para crescimento, diz Moviada

Para Renato Franklin, presidente da empresa, os fundamentos de mercado foram até reforçados

27/11/2020 11:20 — Em Empresas



Ibovespa opera em alta; questão fiscal segue no foco dos investidores

27/11/2020 11:19 — Em Finanças



Suzano anuncia reajuste e preço da celulose sobe a US\$ 500/ton na China em dezembro

Nova cotação embute alta de US\$ 30 por tonelada frente ao valor alcançado no fim de outubro, quando produtora anunciou aumento de US\$ 20 por tonelada

27/11/2020 11:16 — Em Empresas

Ministro nega atrito com presidente do BC

Guedes afirma que fala do dia anterior foi dirigida à imprensa, e não a Campos Neto

Por **Fabio Graner e Estevão Taiar** — De Brasília

27/11/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, negou que haja algum atrito entre ele e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ao ser questionado pelo **Valor** ontem, Guedes argumentou que a fala feita por ele no dia anterior não tinha sido direcionada a Campos, e sim para a imprensa, que o abordou na véspera fazendo perguntas sobre credibilidade e relacionando o tema à fala de Campos.

Na quarta-feira, questionado na portaria do ministério sobre uma fala do titular do BC, ele disse: “Pergunta para ele qual o plano para recuperar a credibilidade. Se ele tiver um plano melhor, peça a ele qual é o plano dele que vai recuperar a credibilidade. O plano nós já sabemos qual é, nós já temos”.

Guedes explicou que ao falar tinha “certeza” de que Campos estava defendendo as reformas, e não o atacando. E argumentou que teria reagido ao que viu como tentativa de jornalistas de criar uma briga dentro do governo.

Ele contou que trocou mensagens de manhã com Campos, que ressaltou que não tinha feito crítica ao ministro, e sim defendido as reformas. Guedes, por sua vez, explicou que não tinha intenção de fazer um ataque a ele.

“Ficou claro para mim que [a imprensa] tentou ligar o pedido de apoio às reformas com uma crítica a mim. E, seguro de que essa ligação não existe, que o Roberto não estava me criticando, disse para perguntar para ele”, afirmou. “Ele estava pedindo apoio às reformas, justamente para o Brasil ter credibilidade. Se ele pede reformas, é porque existe um plano.

Guedes reconheceu que poderia ter escolhido melhor a forma de se expressar, reiterando que não estava irritado com Campos Neto. “Eu gosto e admiro o trabalho dele”, disse, reforçando que tem trabalhado pela autonomia do BC.

O ministro voltou a dizer que tem um plano de voo conhecido e tem buscado sua implementação, com medidas que já foram tomadas, como a reforma da Previdência, o congelamento de gastos com pessoal, e a tomar, com as PECs do Pacto Federativo e Emergencial.

Ele destaca que o presidente do BC, ainda na transição de governo, participou da elaboração desse plano econômico que se busca implantar (processo interrompido pela crise e que está sendo retomado), apoia a estratégia e está defendendo as reformas. Além disso, lembra, a autoridade monetária tem contribuído para o programa fiscal, com a transferência de seu lucro para o Tesouro e a venda de reservas feita no passado.

A fala de Campos na quarta-feira, que acabou sendo fonte de ruído com Guedes, de forma geral seguiu a mesma lógica usada pelo presidente da autoridade monetária pelo menos desde o fim de agosto. Ele tem dito que a “credibilidade” fiscal é essencial para garantir a retomada da economia e o controle da inflação.

O que chamou a atenção, porém, foi ele ter apontado a necessidade de “um plano que indique e dê clara percepção para os investidores de que o país está preocupado com a trajetória da dívida”. Pouco depois, em entrevista para comemorar a aprovação da Lei de Falências, Guedes respondeu que, se Campos Neto tivesse plano melhor “para recuperar a credibilidade” fiscal, poderia apresentá-lo.

Criou-se, assim, uma percepção de que estaria havendo problemas entre as duas principais autoridades econômicas, o que também foi negado por outras fontes da Economia e pelo secretário do Tesouro, Bruno Funchal.

O BC tem tido cada vez mais ênfase na defesa sobre a necessidade de o país retornar à trilha do ajuste fiscal. Campos Neto reforçou na quarta que, se houver necessidade de um programa social maior, é importante que se façam ajustes em outras rubricas de despesa.

O presidente do BC diz que, com a dívida bruta se aproximando de 100% do Produto Interno Bruto (PIB), gastos públicos adicionais poderiam ter efeito contrário à intenção de se aquecer a atividade econômica. Isso porque essas despesas não compensariam a perda de confiança na economia brasileira e seus impactos em termos de alta de juros e novas rodadas de desvalorização cambial.

“O Brasil não gira na Selic, o Brasil gira na credibilidade”, chegou a dizer no dia 5 de novembro. Em 24 de agosto, em uma “live”, Campos já havia afirmado que a credibilidade era importante “para pegar no tranco a partir de dezembro”.

Ontem, Campos almoçou no BC com Daniela Marques, assessora especial do Ministério da Economia, evento que já estava na agenda dele a às 18h de anteontem, antes das declarações de Guedes.

Mais do Valor **Econômico**



Balanço não será gargalo para crescimento, diz Movida

Para Renato Franklin, presidente da empresa, os fundamentos de mercado foram até reforçados

27/11/2020 11:20 — Em Empresas



Ibovespa opera em alta; questão fiscal segue no foco dos investidores

27/11/2020 11:19 — Em Finanças

Governo corta verba para 3.400 centros de atendimento à covid

Manutenção das unidades agora depende de municípios, em momento de alta da doença

Por Fabio Murakawa — De Brasília

27/11/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O governo federal cortará o financiamento de 3.265 Centros de Atendimento para Enfrentamento à Covid-19, instituídos em maio a pedido das secretarias municipais de Saúde a fim de ampliar o acesso ao atendimento precoce das pessoas com sintomas de infecção pelo coronavírus. Outros 130 Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19 também serão afetados. Sem verbas, boa parte desses equipamentos corre sério risco de fechar, já que dificilmente os municípios terão dinheiro para mantê-los, dizem fontes do Ministério da Saúde.

O corte preocupa os servidores da pasta, em um momento de repique no número de casos e de apreensão com a perspectiva de uma segunda onda da covid-19 no país.

Segundo dados do Ministério da Saúde, os valores totais destinados aos centros somam R\$ 833,5 milhões até o mês de setembro.

No dia 11 de novembro, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, emitiu portaria estendendo o financiamento dos centros de atendimento à covid até o fim do mês. Mas nos últimos dias servidores da pasta têm sido informados de que o custeio será renovado.

Os centros poderão continuar funcionando, porém sem o recursos federais - os municípios que quiserem dar continuidade ao serviço terão que fazê-lo com recursos próprios. Questionado pela reportagem, o Ministério da Saúde confirmou as informações.

“O Ministério da Saúde informa que não está prevista prorrogação do financiamento federal, porém os municípios podem dar continuidade ao trabalho de atendimento nos Centros de Atendimento à Covid-19”, disse a pasta em nota encaminhada à reportagem.

Ontem, Pazuello se reuniu com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), mas não mencionou o corte, segundo o secretário-executivo da entidade, Mauro Junqueira.

Informado pelo **Valor** de que a pasta havia confirmado oficialmente o fim do repasse, ele duvidou da informação. “Não vai haver corte, porque há um acordo entre nós e o ministro Pazuello de que o financiamento será mantido enquanto durar a pandemia”, disse.

Ele afirmou ainda que, na eventualidade de um corte, nem todos os centros serão fechados, pois 60% dos gastos com a atenção básica competem aos municípios.

Dentre as atribuições dos centros de atendimento, estão a testagem da população de risco e a notificação de casos confirmados.

Questionada, a pasta não respondeu sobre quantas pessoas já foram atendidas e quantos testes foram realizados nos centros.

Segundo nota publicada no site do Ministério da Saúde, eles foram implementados “para aumentar a capilaridade da distribuição das equipes que atuam na atenção primária no país, em especial nas regiões em maior situação de vulnerabilidade social, que é ponto central para o enfrentamento da covid-19 no período de interiorização e periferização da pandemia”.

Há 14 dias, quando foi publicada a portaria que estendeu o financiamento, o secretário de Atenção Primária à Saúde, Raphael Parente, deu uma declaração ao site da pasta exaltando os centros.

“A atuação dos centros de atendimento no enfrentamento da pandemia foi importante para conter a transmissão da covid-19 e também para atender os casos leves de síndrome gripal. Este recurso do governo federal deu o apoio que os municípios precisavam para organizar os serviços da atenção

primária, por isso foi prorrogado o repasse”, disse. “O Ministério da Saúde do Brasil vai continuar dando todo o suporte necessário aos outros entes federativos para levar atendimento de qualidade à população brasileira.”

Já os centros comunitários de referência para enfrentamento à covid-19 foram criados para atender áreas de comunidades e favelas. Segundo a portaria que os instituiu, há 323 municípios aptos a solicitarem esses serviços, mas apenas 35 municípios solicitaram e receberiam recursos para tal.

Ontem, o Brasil teve 698 mortes provocadas pela covid-19 em 24 horas, segundo o consórcio de veículos de imprensa. A média móvel de mortes na última semana foi de 479 por dia, uma alta de 19% em sobre dados de 14 dias. A média móvel de casos foi de 31.640 por dia, alta de 24%.

Mais do Valor **Econômico**



Balanco não será gargalo para crescimento, diz Moviada

Para Renato Franklin, presidente da empresa, os fundamentos de mercado foram até reforçados

27/11/2020 11:20 — Em Empresas



Ibovespa opera em alta; questão fiscal segue no foco dos investidores

27/11/2020 11:19 — Em Finanças

Mapa de riscos fiscais mostra contas públicas em desarranjo

A solução gradualista do teto de gastos poderia funcionar em um ambiente de crescimento menos medíocre

27/11/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O teto de gastos tem chances razoáveis de se sustentar até 2023 mesmo em cenários adversos, conclui o Tesouro em seu segundo Relatório de Riscos Fiscais da União. Isso será possível se não houver ampliação ou criação de despesas, as reformas estruturais forem aprovadas e se executem medidas para a redução do enorme endividamento no médio prazo.

O relatório mostra porque é estreita a margem de manobra para a ampliação de gastos. A dívida pública do governo geral, já bastante alta para os padrões de países emergentes, aumentou ainda mais com a pandemia e deixou uma herança pesada. A maior parte das despesas eram inevitáveis, mas não derrubá-las a partir do nível que atingiram é temerário. O resultado do governo central em outubro registrou que o déficit primário no ano atingiu R\$ 680,97 bilhões e, em 12 meses, R\$ 725,6 bilhões, ou 9,8% do PIB. A meta antes da pandemia era R\$ 124,1 bilhões. Os resultados ainda piorarão. A projeção do Tesouro é de déficit de 11,9% do PIB em 2020.

Esse salto complicou a rolagem da dívida pública federal (69% da dívida bruta), encurtou os prazos e aumentará seu custo. Os débitos que vencem em 12 meses, que na média histórica de 2006 a 2019 foram de 10,7% do PIB crescerão substancialmente para 17,4% do PIB e nos próximos anos provavelmente ultrapassarão os 20%.

A dívida bruta chegará a 94,4% do PIB este ano e, se tudo ocorrer conforme as projeções, ao fim de 2023 será de 95,7%. Mas fazer com que a realidade entre em acordo com as previsões tem sido mais exceção do que regra. No caso das receitas previstas nas leis orçamentárias, por exemplo, entre 2009 e 2019, as previsões estiveram certas uma vez (2018) - as demais estavam superestimadas.

Errar custará caro, porque o nível da dívida já é elevado. Com 94,9% do PIB, o Brasil tem uma dívida bruta superior aos dos países com a mesma nota de rating de risco da S&P (BB-), de 71,7% do PIB. Está, por outro lado, bastante próximo dos países em que o grau de risco é o de calote (nota CCC), cujo endividamento é de 101,1% do PIB. Para chegar lá não falta muito. O Tesouro mediu os riscos fiscais até 2023 e há cenários em que isso ocorre.

Se de 2021 a 2023 o crescimento do PIB for um ponto percentual abaixo do esperado, os juros um ponto percentual acima, e o déficit primário for 1% do PIB maior, ao fim de 2023 a dívida bruta terá crescido 8 pontos percentuais e ultrapassado 103% do PIB.

Os fatores que movem a dívida bruta são o desempenho do PIB, dos juros e do resultado primário. Um aumento de 1 ponto percentual da Selic eleva em 1,7% a dívida bruta ao fim do triênio. A queda de 1 ponto do PIB ou do resultado primário a eleva em 3 pontos percentuais cada. Já as despesas primárias dependem mais da inflação e do salário mínimo, especialmente pelos efeitos sobre a previdência. Um aumento de R\$ 1 amplia liquidamente as despesas em R\$ 305 milhões. O impacto é menor que a alta de 0,1% no INPC, que eleva gastos em R\$ 720,8 milhões.

No caso das receitas primárias, onde mais há discrepâncias entre o desejo e o real, elas dependem sobremaneira do crescimento e da inflação. Um ponto a mais no PIB traz mais R\$ 7 bilhões aos cofres públicos e um ponto de inflação, mais R\$ 6,5 bilhões. Um ponto percentual a mais da massa salarial adicionaria R\$ 4,4 bilhões. Seria enganoso achar que um pouco mais de crescimento com mais inflação resolveria a equação fiscal - o mix a arruinaria. As receitas são na prática indexadas, mas as despesas agora também são. Um ponto adicional de inflação custaria R\$ 7,2 bilhões.

Os riscos não param por aqui. Além dos macroeconômicos há os específicos, que afetam ativos e passivos da União, com bombas à espreita. Esses riscos aumentaram R\$ 560 bilhões e são hoje de R\$ 4,8 trilhões - do tamanho de toda a dívida mobiliária. O estoque de ações judiciais contra a União cresceu 324% de 2014 a junho de 2020, para R\$ 2,37 trilhões - e 34% desse montante é tido como risco provável. Os gastos judiciais com ações perdidas pela União não param de crescer e foram de R\$ 19,8 bilhões em 2014 para R\$ 54 bilhões este ano. Contestações à barafunda tributária somam R\$ 1,9 trilhão - 74% relacionadas a PIS e Cofins.

A solução gradualista do teto de gastos poderia funcionar em um ambiente de previsibilidade e de crescimento menos medíocre. A pandemia eliminou essas premissas, a ponto de a situação fiscal se tornar péssima com o teto, e pior ainda sem ele. Sua manutenção dependerá de vontade política e determinação do atual governo, ambas duvidosas.

Mais do Valor **Econômico**

Balanço não será gargalo para crescimento, diz Moviada

Para Renato Franklin, presidente da empresa, os fundamentos de mercado foram até reforçados

Crise fiscal e política monetária

Benefícios de uma postura monetária clássica e ativa se sobrepõem aos de uma postura passiva frente à crise fiscal

Por **Tiago Berriel**

27/11/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

A situação fiscal no Brasil é grave e uma solução para esta crise parece difícil, dada a realidade política atual e toda a sorte de demandas por políticas sociais mais amplas, gastos públicos mais generosos e isenções fiscais variadas.

Enfrentamos uma dinâmica da dívida pública muito desfavorável e os mecanismos possíveis para seu ajuste parecem fora de alcance: cortes em despesas discricionárias não são possíveis, já que essas atingiram o mínimo para o funcionamento da máquina pública; a manutenção do teto de gastos não é viável sem reduções nos gastos obrigatórios, e depende de reformas constitucionais que são mais difíceis; e, alternativas à redução dos gastos, via aumento de impostos, vêm com custo político elevado.

Benefícios de postura monetária clássica e ativa se sobrepõem aos de uma postura passiva frente à crise fiscal

Em circunstâncias como essas, abre-se espaço para duvidar da solvência da dívida pública e da credibilidade de ajustes fiscais futuros, uma vez que

mesmo a emenda do teto de gastos, que impôs uma camisa de força sobre despesas totais para forçar reformas e ajustes no Orçamento, mostrou-se insuficiente ao não coibir os excessos que se refletem na atual trajetória da dívida.

Quando os agentes econômicos começam a duvidar que os superávits primários serão suficientes para garantir o pagamento do valor real corrente da dívida pública, abre-se espaço para a chamada dominância fiscal. De modo geral, a dominância fiscal corresponde à situação onde a política fiscal restringe a atuação da política monetária. Apesar de suas diferentes versões e definições, vou me restringir aqui a uma versão específica de dominância, onde, independentemente da disposição do Banco Central (BC) de perseguir sua meta de inflação, a evolução dos preços passa a ser determinada pela necessidade de solvência do governo.

Com a deterioração das contas públicas, a dívida teria seu valor depreciado até que seu investidor esteja satisfeito com seu retorno esperado. Em economias modernas e abertas, esse processo se daria através de severa depreciação cambial e, possivelmente, do aumento das expectativas de inflação para além das metas estabelecidas - a desancoragem das expectativas da inflação. A consequência direta desse processo é o aumento de pressões inflacionárias. Com a surpresa da inflação, a dívida pública perderia valor e o governo se tornaria solvente novamente.

Neste cenário extremo, uma atuação incisiva do BC poderia tornar tudo ainda pior. Um aumento de juros agravaria a situação fiscal por aumentar as despesas com os custos da dívida, tornaria o seu pagamento menos provável e intensificaria o processo de depreciação cambial e o fim da âncora das expectativas. Em outras palavras, um aumento de juros aumentaria a inflação. Nesse mundo, não há alternativa e o BC se vê forçado a acomodar o desequilíbrio fiscal.

No caso brasileiro, será que o BC deve se abster de perseguir diretamente sua meta de inflação e acomodar a situação fiscal, caso não seja possível

implementar reformas e conter a trajetória dos gastos públicos? Argumento que não.

Primeiro, não há certeza de que prevalece uma situação de dominância fiscal. Ela depende não apenas da situação fiscal presente, como também das expectativas sobre as políticas futuras. Assim, mesmo uma análise detalhada das contas públicas ou estimações realistas da função de reação da política fiscal serão inerentemente insuficientes para o diagnóstico.

Segundo, dominância fiscal deve ser entendida como um processo contínuo, já que as desconfianças sobre a situação fiscal podem evoluir de forma gradual. Como alertava Dornbusch, crises levam mais tempo para se realizar do que pensamos, mas quando acontecem, se dão de forma mais rápida que poderíamos imaginar. Haveria, dessa forma, antes de uma conclusão para a crise, situações intermediárias que não caracterizam nem a certeza de solvência, nem a dominância fiscal. Assim, há chance de a política monetária ser ainda eficaz mesmo quando a situação de insolvência se revela um caminho possível.

Terceiro, as ações e a comunicação do BC moldam as expectativas dos agentes econômicos. A esse respeito, uma comunicação ativa do BC alertando para a necessidade de reformas e consolidação fiscais, tem sido usada como instrumento válido para tentar evitar uma deterioração do cenário, com suas implicações de perda de eficácia da política monetária. Contudo, uma eventual decisão de não reagir imediatamente à deterioração da dinâmica inflacionária - sob o argumento de dominância - afetaria a credibilidade do BC e tornaria ainda mais ineficaz a política monetária. Em caso de posterior reversão do quadro fiscal, a postura acomodatória do BC aumentaria o custo de desinflações futuras.

E, por último, a própria resposta de política monetária a esse processo inflacionário permitirá um melhor diagnóstico sobre dominância fiscal. Caso uma recomposição de juros reais inesperada gere efeitos contrários aos usuais sobre expectativas de inflação e câmbio (ou seja, maiores expectativas de inflação e depreciação), teríamos um sinal claro de que a situação fiscal mina o impacto da política monetária. Esse diagnóstico justificaria, frente ao público, maior parcimônia futura do BC, minimizando sua perda de credibilidade. Além disso, ficariam ainda mais evidentes os custos do descontrole fiscal.

Em suma, apesar de haver motivos concretos para temer que a eficácia da política monetária possa ser afetada (e até subvertida) por uma crise fiscal, os benefícios de se adotar uma postura monetária clássica e ativa, neste momento no Brasil, parecem ainda se sobrepôr a uma postura passiva frente à crise fiscal.

O BC deve permanecer zeloso na manutenção de sua credibilidade, na perseguição de sua meta de inflação e na avaliação de seu balanço de riscos, a menos que evidências claras de que a eficácia da política monetária esteja comprometida, o que, hoje, não é o caso.

Tiago Berriel é economista-chefe da Gávea Investimentos

Mais do Valor **Econômico**

Déficit fiscal pode elevar volatilidade

Expectativa é que a rentabilidade passe a oscilar mais do que no passado, quando as cotas nunca caíam

Por **Luciana Del Caro** — Para o Valor, de São Paulo

27/11/2020 05h02 · Atualizado há 6 horas

Índice IMA-S se descola do CDI

Títulos de longo prazo se desvalorizam mais que os de curto prazo



Fonte: Santander Asset Management

Pela primeira vez desde 2002, grande parte dos fundos DI do mercado apresentou rentabilidade negativa, assustando os investidores desse produto que quase nunca causa fortes emoções. Embora não se considere provável que oscilações da mesma magnitude de setembro se repitam, espera-se que esses fundos oscilem um pouco mais daqui para a frente, ao menos se comparados com o padrão dos anos anteriores.

As razões para isso estão ligadas aos baixos juros, ao déficit fiscal e à indefinição sobre as atitudes do governo para encaminhar o problema.

“Os fundos DI passaram por uma tempestade perfeita neste ano. Três dos principais componentes de suas carteiras tiveram desvalorização”, explica Sérgio Evangelista, gestor da Western Asset. A questão começou por volta de março, quando títulos de crédito privado que fazem parte da carteira de muitos desses fundos começaram a pagar spreads mais elevados, refletindo os temores com a inadimplência por conta da paralisação da economia. Quando a taxa sobe, o preço do título cai, e ele precisa ser marcado a mercado, ou seja, contabilizado pelo valor mais recente. Essa contabilização por um valor inferior impacta a cota do fundo, que pode apresentar rentabilidade negativa.

No entanto, mesmo com a rentabilidade afetada, em março os DI não chegaram a sofrer tanto.

“A elevação dos spreads pegou primeiro os títulos privados, e depois chegou nos títulos do governo”, afirma Luiz Sedrani, diretor de investimentos da BV Asset. De março até setembro, foi a vez de ajustes nas taxas das Letras do Tesouro Nacional (LTNs), também compradas pelos fundos DI (apesar de ser prefixada, a remuneração das LTNs se torna pós-fixada por meio do uso de derivativos).

E, a partir de setembro, veio o choque: as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos remunerados pela taxa Selic, pós-fixados, passaram a ser negociados com um spread muito mais elevado do que até então. As LFTs (2025), que costumavam ser transacionadas por Selic + spread de 0,02%, chegaram a ser negociadas por Selic + 0,37% no início de outubro.

Como o spread subiu, o preço do título caiu - provocando desvalorizações nas cotas dos fundos DI. Em setembro, grande parte dos fundos DI da indústria teve rentabilidade negativa.

“As preocupações e incertezas com o quadro fiscal levaram os investidores a exigir maiores spreads nas LFTs”, afirma Clayton Calixto, especialista de produtos da Santander Asset Management. Os títulos de prazos mais longos foram os mais afetados. O resultado foi que os fundos DI acabaram se descolando do seu indicador de referência, o CDI (que é uma taxa de curto prazo). O IMA-S, índice composto por uma carteira de LFTs de diferentes vencimentos, que costumava também andar junto do CDI, descolou-se deste último (veja no gráfico).

“O impacto da elevação dos spreads acabou sendo grande porque hoje a Selic é muito baixa. Então qualquer oscilação nas taxas impacta as cotas. Quando a Selic era gorda, as oscilações não eram tão facilmente notadas”, afirma Ana Luisa Rodela, superintendente da Bradesco Asset Management (Bram).

Por conta do baixo patamar da Selic, a expectativa é que a rentabilidade desses fundos passe a oscilar mais e que o investidor tenha que conviver com um pouco mais de volatilidade do que no passado, quando as cotas nunca caíam.

Outro ponto que deve contribuir para essa nova realidade de mercado diz respeito aos sinais dados pelo governo sobre o rumo da questão fiscal, que constitui a maior preocupação no momento: “O encaminhamento das reformas é o evento mais relevante, e que pode levar as LFTs a terem prêmio ou desconto”, afirma Marcelo Nantes, CIO da Bram. Portanto, os avanços e retrocessos do governo devem acabar impactando mais as cotas dos fundos DI.

Não se espera, no entanto, que novas desvalorizações tão significativas quanto as de setembro e início de outubro voltem a ocorrer (embora essa não seja uma possibilidade totalmente descartada se não houver avanço no lado fiscal). Evangelista, da Western Asset, afirma que o Tesouro Nacional não vem tendo dificuldade de colocar títulos da dívida e que o volume das emissões está maior por conta da necessidade de financiar gastos mais

elevados devido à pandemia. Esse foi o fator preponderante, em sua opinião, para explicar toda a oscilação dos títulos. Ou seja, mais do que uma demanda fraca, o que está pesando é o excesso de oferta, acredita.

Na segunda metade de outubro, o spread das LFTs caiu em relação ao pico, mas ainda não voltou ao patamar anterior.

“O prêmio ainda é muito alto, e se as questões fiscais forem resolvidas, ele deve cair”, diz Sedrani. Calixto, especialista de produtos da Santander Asset Management, é da mesma opinião: “Mesmo com o aumento da relação dívida/PIB, é possível voltar ao patamar de spreads anteriores se a agenda fiscal for austera”, afirma.

Mais do Valor **Econômico**

Balanço não será gargalo para crescimento, diz Moviada